O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Homem Christo

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$300. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

ANNO XXVIII | AVEIRO, 5 DE DEZEMBRO DE 1909 | N° 1:337

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.
Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

Factos e Criticas

Varios jornaes declaram que o sr. Alpoim tem fundadas esperanças de ser chamado a constituir ministerio logo que se dê a annunciada crise ministerial. Não duvidamos. E não duvidamos porque as tolices teem sido tantas que é natural, muito natural, que continuem.

Devem continuar. Continuarão, certamente. O paiz, por seu lado, continuará indifferente. E, entretanto, acaba esta patria de se afundar em descredito e ignominia.

Já estamos d'aqui ouvindo os republiqueiros clamar, e com elles os dissidentes, que cá estamos nós fazendo o jogo da reacção. Enganam-se. Digam o que quizerem. E'-nos inteiramente indifferente. A nossa superioridade, temo-lo dicto muita vez, está só n'esse simples facto d'arrostarmos como ninguem o trabuco dos bandidos, as pedradas e a lama dos garotos. Nada tememos. Deante de coisa nenhuma hesitamos, nem recuamos. Quanto mais lama vier, quanto mais pedradas nos arremessarem, quanto mais ameaças chegarem aos nossos ouvidos, mais resoluto, mais energico, mais decidido avançaremos para deante. Toda a miseria d'esta terra, e todos os miseraveis, hão de ficar bem convencidos, com os factos e com o tempo, de que nada receamos. Nada nos mette medo. E' essa a nossa força, a nossa superioridade, no meio d'esta covardia infame.

Mas estão enganados, repetimos. Redondamente enganados. Não combatemos o sr. José d'Alpoim por elle prometter governo liberal. Não fazemos o jogo da reacção porque nunca fizemos *senão o nosso jogo*. O nosso! E de mais ninguem. O que combatemos é a especulação. E' a desordem. E' a indisciplina social. E' a anarchia. E' a vergonha que ahi se ostenta descarada e que nunca se viu em povo algum civilisado.

Governe a republica. Temo-lo dicto cem vezes e não cessaremos de o dizer. Governe a republica, se pode. Mas não pode? Então não perturbe a vida da nação. Então collabore pacificamente no progresso da nação. Somos republicano e condemnamos formalmente o partido republicano. Porquê? Porque não toleramos nem admittimos que essa quadrilha se diga partido republicano. Isso não é um partido e muito menos um partido republicano. Isso é uma quadrilha. Isso é um bando de salteadores.

Para condemnar absolutamente o partido republicano nem é preciso, nem era preciso, nem deveria ser preciso arregaçar as calças e as ceroilas a esses bandidos e deixar-lhes patente perante o publico, attonito, a marca da grilheta. Bastaria, se isto fosse um paiz de gente, o simples facto d'essa quadrilha andar a perturbar esta terra, *sem atar nem desatar*, ha dezenove annos. Porque este é o facto culminante que exclue todos os outros. O que tem feito o partido republicano? O que é o partido republicano? Não tem feito senão dissolver, senão indisciplinar, senão desmoralisar. O partido republicano é um partido de desordem.

A vida da nação quasi que está parada ha dezenove annos por culpa d'elle. Esta é a grande verdade. Em 1890 o partido republicano era um partido poderoso. Se tem empregado a sua força em coagir a monarchia a reformas politicas e a reformas sociaes, o progresso do paiz seria extraordinario. Que o podia fazer, é incontestavel. Só pode duvidar quem não conhece a historia ou quem não assistiu aos acontecimentos d'esse anno. O partido republicano já então mettia medo á monarchia. Já então era um elemento decisivo na vida politica portugueza. Podia fazer a revolução? Fizesse-a. Mas uma revolução e não uma miseravel aventura como a do Porto. Ora o partido republicano não fez uma revolução. O partido republicano fez uma aventura. Em cima d'essa aventura era fatal o desvario do poder, a reacção, essa loucura do engrandecimento real. Tudo isso se deve á circumstancia do partido republicano miseravelmente se ter inutilisado. E depois o que se seguiu? Entrou ao menos n'outro rumo, o partido republicano, quando reviveu? Apprendeu com as licções? Não. Ei-lo ahi, um partido d'aventuras e d'aventureiros como em 1890! Ei-lo ahi impotente, como em 1890, para fazer uma séria revolução mas com a força necessaria para constituir uma ameaça permanente.

Este é o crime, o grande crime, o crime imperdoavel do partido republicano portuguez. O partido republicano portuguez teve força para ser um grande, um admiravel elemento de correcção, portanto de progresso, de civilisação, de educação, na vigencia da monarchia portugueza. Não sendo isso, só podia ser um partido de revolução *immediata*. Immediata! Uma revolução não se prolonga, uma athmosphera revolucionaria não se pode manter sem um perigosissimo escalavro. Ora o partido republicano não foi um elemento de progresso, um forte partido de democracia, de sã e efficaz evolução. Por outro lado, não fez a revolução. Mas, sem ser um partido d'evolução e sem fazer a revolução, manteve-se sempre em attitude revolucionaria. O que resultou d'aqui? O que havia de resultar? O que se está vendo. A incerteza constante *no dia de amanhã*. A paralisação de toda a vida nacional pela *incerteza do dia de amanhã*. O relaxamento em todos os ramos da actividade publica *pela incerteza do dia de amanhã*. A desmoralisação de todos os funccionarios do Estado e em geral de todos os cidadãos pela *incerteza do dia de amanhã*. A desordem que resulta da falta de confiança e de estabilidade, isto é da *incerteza do dia de amanhã*. O partido republicano, sem ser um partido d'evolução e sem força para fazer a revolução, necessariamente se tornaria um partido d'agitações estereis, aproveitando todas as más paixões, todos os maus instinctos populares para manter uma excitação forçada. Necessariamente se tornaria um partido d'expedientes, de *trucs*, aproveitando todos os pretextos de desordem e jogando todos os elementos de desordem. Necessariamente se tornaria uma quadrilha, não só aproveitando a canalha, não só adoptando a mentira, a hypocrisia, a charlatanice, o crime, mas dando dentro de si mesmo supremacia á canalha, á mentira, á hypocrisia, á charlatanice, ao crime, porque só a canalha e só a mentira, só a hypocrisia, a charlatanice, o crime, podiam corresponder aos seus processos d'obstruccionismo, d'excitação permanente, d'agitação revolucionaria continua e atravez de tudo.

Esta é a verdade. Esta é a grande verdade. E sendo esta a verdade, não era preciso mais nada para que todos os homens d'ordem e de principios não só condemnassem formalmente o partido republicano como pedissem a eliminação d'essa quadrilha. Não é um partido. E' uma quadrilha. E quadrilhas não se tratam a palavras. Quadrilhas tratam-se a tiro.

Este é o facto. A questão põe-se intelligentemente e dignamente em duas palavras. Póde o partido republicano fazer a revolução? Perigosa, perigosissima revolução no estado de quadrilha a que chegou esse partido. Revolução de que só ha de resultar o triumpho completo do odioso espirito do banditismo politico que tem sido a morte d'esta terra infeliz. Mas do mal o menos. Pode-a fazer? Faça-a. Não a pode fazer e não quer o partido republicano, ao mesmo tempo, tornar-se um partido de progresso nacional, um partido de morigeração, de correcção dentro da monarchia, de educação popular até chegar o momento do seu triumpho definitivo, preferindo manter-se como trambolho, como obstaculo a tudo e a todos, como elemento da mais espantosa indisciplina social e da mais vergonhosa perturbação e descredito nacional? Elimine-se. E elimine-se a tiro, a golpes de sabre, d'espingarda e de metralha como se faz ás feras e, em ultimo extremo, aos bandidos.

E' o que vae fazer o sr. Alpoim no poder? Não. O sr. Alpoim vae, necessariamente, fazer o contrario. O sr. Alpoim vae fazer o jogo dos republicanos, isto é, profundar o relaxamento, alargar a mentira, arraigar ainda mais a especulação, tornar mais furiosa, mais tremenda esta anarchia. Necessariamente. Quem se illude a esse respeito? A experiencia do governo liberal é honesto está feita. Fe-la João Franco. Digam o que disserem, João Franco fê-la. João Franco quiz, sinceramente, governar á ingleza. João Franco quiz governar com o parlamento e com a rua. Com a rua no sentido do respeito á opinião publica. João Franco iniciou um periodo novo de tolerancia e de liberdade dentro da monarchia. Não ha nega-lo, por mais que as especulações politicas tentem empanar e desvirtuar esse facto importantissimo. Porque o atacaram cruelmente e indignamente os republicanos? Porque era sincero. Precisamente porque era sincero. Precisamente porque João Franco queria fazer uma obra séria de reconstituição politica e administrativa, um trabalho patriotico, um trabalho a valer. Uma obra séria e sem, para isso, abdicar deante dos partidos. Então os republicanos vão agora festejar e applaudir, em Alpoim, o que em João Franco ferozmente e indignamente combateram? Então é com este rei D. Manuel que Alpoim quer fazer vingar a obra que com o rei D. Carlos não vingou?

Alpoim vae aggravar, repetimos, esta vida infame que arrastamos. Alpoim vae viver de transigencias continuas com os republicanos porque não pode, elle, viver d'outra maneira. Com os compromissos que tomou em face dos republicanos, com os laços de conspiração e de crime qne o ligam aos republicanos, Alpoim só tem duas maneiras de viver: ou na guerra mais violenta que tem havido nesta terra contra os republicanos ou nas mãos dos republicanos. E' elle, com o rei D. Manuel, que vae repetir as scenas de João Franco com D. Carlos? Não. Logo, Alpoim só pode viver, só pode governar transigindo vergonhosamente com os republicanos. Elle pode falar na Italia quantas vezes quizér. Tambem se fartou, antes da morte de Ferrer, de falar na Hespanha. Fale na Italia quantas vezes quizer. Só illude aquelles que não souberem que esta nossa quadrilha republicana é unica no mundo e que não tem similar, nem podia ter, em qualquer democracia da Europa ou da Amerca. Fale na Italia quantas vezes quizer. A verdade é que mais do que nunca assistiremos a este espectaculo monstruoso da monarchia estar ás ordens d'um partido revolucionario que não tem forças. . . para derribar a monarchia. Espectaculo que, em vez de continuar, em vez de se aggravar, deve, deveria acabar, e urgentemente, para honra e interesse de nós todos. Porque estar um governo ás ordens dos seus inimigos, ou a tremer deante dos seus inimigos, é, simplesmente. . . não haver governo. Não ha governo republicano porque não vence a republica. E não ha governo monarchico porque a monarchia vencedora. . . está vencida pela republica.

Isto só n'este paiz. Só n'este novo grão ducado de Gerolstein augmentado e aperfeiçoado. Sem governo, á matroca, em perenne anarchia, em espantosa desordem, nau desarvorada que segue á mercê do destino.

A subida do sr. Alpoim será a ultima nota d'imbecilidade e desvergonha.

Mas vamos: cumpra-se o destino.

Admiraveis!

A jornalicada republiqueira de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem-mar em Africa, Asia, America e Oceania, continua a ladrar furiosamente contra nós. Mas furiosamente. O que deve ser muito do agrado dos nossos assignantes e leitores. Alguns d'estes escrevem-nos indignados contra as infamias dos bandidos. Pois sim; indignar não é mau. E não é mau *porque dá força*. Quem não chega a indignar-se nunca chega a ter energia. Não presta para nada. Indignem-se, indignem-se. Mas alegrem-se. E alegrem-se porque toda essa berraria e todo esse chorrilho d'infamias quer dizer uma coisa, simplesmente: que somos Samsão no meio d'esses philisteus. A differença está só em que não os desfazemos com a queixada do burro, mas com a queixada d'elles mesmos.

Alegrem-se que, demais a mais, isto é, tambem, em grande parte, obra dos senhores. Não tivesse o *Povo de Aveiro* a publicidade que tem — já vamos em 12:000 exemplares — e elles não dariam uma *casca tão solemne*.

Varios assignantes e leitores pedem-nos que não *desanimemos*. Ah, deixem estar! Não desanimem os senhores na propagação do *Povo de Aveiro* que pelo nosso lado não ha de o barco metter agua.

Mas alguns são admiraveis. Chegam a ter graça á força d'estupidez. Então um de Porto de Moz não nos descompõe por nós não batermos na Companhia dos Tabacos, perguntando-nos se somos accionista d'essa Companhia? E você, seu patife, não rouba n'essa *corneta* os seus leitores muito mais que a Companhia os fumadores? E nós, porventura, somos accionista da *corneta* e já lhe fustigámos, a você, as orelhas, como gatuno de gazetas e prostituto das lettrras?

São admiraveis!

O meu jornal

Sobre educação

E' este um problema muito debatido em Portugal e em toda a parte. Não ha ninguem que não fale, não ha ninguem que não escreva sobre educação. Mas eu entendo que só persistindo e batalhando por uma idéa se pode conseguir a realisação pratica d'essa idea. A tenacidade é a primeira condição do triumpho. E uma prova evidente de caracter. E pois que nós tanto precisamos de fazer triumphar as idéas que consideramos perto do que, relativamente, se póde hoje chamar a verdade, e pois que nós tanto precisamos de caracter, de fortalecer, de reconstituir o abandalhado caracter nacional, comecemos por dar aos outros provas de caracter. Comecemos por lhes dar o exemplo da convicção séria e firme, da tenacidade, da persistencia, do trabalho. Comecemos, emfim, por ser homens, que homens não temos sido nem somos, no significado grandioso e bello que esta palavra deve ter.

A pedagogia tem soffrido, nos ultimos tempos, uma evolução muito rapida. Os velhos methodos de ensino caem por terra em ruidosa derrocada. Multiplicam-se os estudos sobre a creança, assentes nas conclusões da psychologia moderna. Tiram-se novas conclusões, progride-se constantemente. São hoje mentiras o que hontem se affirmava como verdades indiscutiveis. Em face de novas descobertas, de novas experiencias, de novas manifestações, até agora desconhecidas ou inexplicadas, muda a orientação do espirito humano e os que teem realmente desejo de se aperfeiçoar, os que sentem a ancia do saber, os que palpitam pela verdade, abandonam reflectidamente as velhas theorias, para abraçar momentaneamente crenças e theorias novas, até que outras surjam, a substituir estas, mais perfeitas, mais harmonicas, mais logicas, mais compativeis com o incessante "devenir" da intelligencia humana.

Para combater os erros e os absurdos a que chegou o espiritualismo religioso, appareceu uma nova escola, a materialista, que caiu nos erros e nos absurdos oppostos, erros e absurdos tanto, ou mais prejudiciaes e mais falsos, dos que os primeiros. O materialismo foi comtudo, e é ainda hoje para a maior parte dos que se dizem na vanguarda do progresso, um dogma indiscutivel. Como dogma indiscutivel foi durante muito tempo, em epochas anteriores, para toda a gente, o espiritualismo religioso. Mas o cerebro do homem não pára, nem a sua alma creadora chrystallisa em concepções formadas. Caminha sempre, investigando, remexendo, derruindo e edificando sobre as ruinas em chammas do passado, que illuminam o presente e lhe permittem a procura de novas fontes d'onde jorre intensa a luz que ha-de illuminar o futuro. E por isso, para os que estudam sem descanso, procurando nos livros a convivencia amorosa e fraterna que os homens lhes não podem dar, o materialismo já não é um dogma, já não é uma verdade indiscutivel, mas uma theoria que, á luz da discussão, vacilla e treme, deixando a nú a falta de bases em que assenta e o exclusivismo sectario que a originou.

O espirito humano já não cabe n'essa formula acanhada e estreita e o homem rompe as barreiras que lhe limitam a acção, arrasta, esphacela, esmaga, reduz ao pó do nada o que o opprime, e eleva-se, sempre mais alto, para as regiões calmas da eterna luz.

Para combater os erros e os absurdos a que chegou o "livre-arbitrio" affirmando que o homem tem a liberdade de pensar, que o homem tem a liberdade de querer independente de motivos determinantes, appareceu a theoria scientifica a que vulgarmente se chama "determinismo" que se deixou igualmente levar por exaggeros de seita, cahindo em novos erros, sanccionando novos absurdos, fechando os olhos para não vêr a verdade tão brilhante e tão evidente que se nos impõe, não nos deixando seguir os caminhos tortuosos do erro e as viellas escuras do mal. E o determinismo absoluto que reduz o homem a escravo boçal e estupido das circumstancias, roubando-lhe a acção creadora, tornando-o um automato sem força nem vontade, desmentindo-se a si proprio, negando a propria origem, o determinismo que é para a grande massa dos pensadores e dos pensadeiros do presente verdade indiscutivel, dogma incontestavel, não passa para os que se não prendem com preconceitos de escola, para os que zelam atravez de tudo a sua independencia intellectual e a sua integridade moral, para os que são "elles proprios" antes de serem os outros e affirmam sempre a sua individualidade, o determinismo não passa d'um pouco de verdade alliado a muito de mentira, nem pode considerar-se mais do que elemento de apreciação para apurar a verdade definitiva, se é que a verdade definitiva não é um mytho e o homem perfeito não é uma utopia!

Assim se faz a evolução do homem, assim se faz a evolução das coisas.

E eis como eu, querendo escrever tres linguados sobre a fundação da "Escola Racional", escrevi seis sobre coisas varias e deixo os leitores ás aranhas.

Radamés.

A Pavorosa

Que elles projectavam a sua millesima revolução para quando o rei fosse a Inglaterra não ha duvida nenhuma. Porque a adiaram? Por mil motivos. Os mesmos motivos porque teem adiado as outras todas. Absoluta falta de capacidade na organisação revolucionaria. Falta d'elementos militares e de dinheiro. Falta de sinceridade nos homens e d'união entre os varios grupos da confraria.

Porque esta ultima é uma das causas capitaes do mallogro de todas as revoluções republicanas no paiz, embora o facto passe despercebido a muita gente. Por mais que os tartufos proclamem a sua união, ninguem ignora que não ha entre elles união nenhuma. Mas o que pouca gente sabe é até que ponto chega a discordia que os mina. Chega até ao ponto de andarem a roubar cabecilhas e espingardas uns aos outros!

Eu chamo-lhes quadrilheiros. Eu chamo ao partido republicano a *grande quadrilha*. Elles, exasperados, rapam no chão e atiram terra ao ar. Mas o publico vae vendo, em tudo e por tudo, que não ha nome mais apropriado e mais justo.

Como verdadeiros quadrilheiros, todos elles querem ter *as glorias da revolução*. Já no 31 de janeiro foi assim. E' um interesse vil, miseravel, mesquinho. Não os domina o interesse d'uma idéa, nem o interesse d'uma patria. Domina-os, exclusivamente, o amor ridiculo da gloriola e o interesse pessoal abjecto.

No 31 de janeiro, os do Porto não queriam, de forma alguma, dar o minimo *quinhão de gloria* aos de Lisboa. Andavam a jogar com estes as escondidas. Entendiam-se com o chamado grupo dos *garcias* para dar cheque ao directorio. O directorio, e todos os amigos do directorio, eram postos de parte. Vejam que insensatez! Mas, entendendo-se com os *garcias*, ainda assim eram elles, os do Porto, que faziam monopolio *de tudo*. Quem mandava era o Alves da Veiga, o João Chagas e o Santos Cardoso. O proprio Bazilio Telles estava em segundo plano. Que formidavel insensatez!

Sem plano, sem pensamento revolucionario, sem unidade de acção, sem sinceridade nem lealdade nos homens, o desastre, ou por uma forma ou por outra, era fatal. Havia de liquidar tudo, como liquidou, em borracheira.

No 28 de janeiro, com João Franco, foi a mesma coisa. Brito Camacho e João de Menezes foram postos de parte. A insensatez, a insensatez! E que grande quadrilha! João Chagas, França Borges e outros andavam a *seduzir* os cabecilhas de Antonio José d'Almeida Chamavam-nos e promettiam-lhes *coisas* para elles deixarem o Antonio José d'Almeida e se passarem para elles. Digam, se é ou não é uma verdadeira quadrilha!

Alem de roubarem e de tentarem roubar a Antonio José d'Almeida os cabecilhas, tambem lhe roubavam e tentavam roubar o armamento. Digam, digam, se é ou não uma grande, uma verdadeira quadrilha!

Antonio José d'Almeida, por tal motivo, e com razão, diga-se a verdade, rompeu violentamente relações com João Chagas. Não sabemos se as vieram a reatar. Suppomos que não. Mas que Antonio José d'Almeida rompeu com João Chagas no momento, e pelo motivo que fica referido, é um facto que absolutamente garantimos. E se não rompeu com os do *Cornetim da Margarida*, ficou a gostar tanto d'elles como de ver . . . o coração n'um prato.

Ora é lá possivel uma revolução com gente d'esta! E' lá possivel! Os da monarchia é que são uns asnos. Uns asnos chapadissimos. Uns asnos e uns tratantes, como os outros. Todos especuladores. Todos bandidos. E é a morte d'este paiz. N'este paiz não ha monarchicos. N'este paiz não ha republicanos. Ha especuladores. Ha quadrilheiros. Ha bandidos. Todos pactuam na mesma obra de especulação e d'infamia. Fez-se uma *moral politica*. Essa moral é d'especulação, é de hypocrisia, é de roubo, e já d'assassinato, em favor dos quadrilheiros e das quadrilhas, e á custa do paiz. Essa moral estabelece affinidades, a affinidade do interesse criminoso. Não ha monarchicos, não ha republicanos, ha bandidos que se entendem para a obra commum do ludibrio e da exploração do povo. Se houvesse republicanos não fariam elles a obra, o jogo das quadrilhas monarchicas. Se houvesse monarchicos não fariam elles o jogo da quadrilha republicana. São tantos os dislates, os erros, os crimes da quadrilha e dos quadrilheiros republicanos e que os quadrilheiros monarchicos não aproveitam, que ha muito os quadrilheiros monarchicos teriam reduzido á ultima expressão os quadrilheiros republicanos, se fossem monarchicos sinceros e serios e não grilhetas explorando a monarchia.

Grilhetas todos! Este é o facto incontestavel, incontestado, eloquente.

A quadrilha republicana teve, pois, o projecto, o millesimo projecto da sua revolução para quando o rei fosse ao extrangeiro. Chegou a ter tudo a postos. Até o batalhão d'Aldeia Gallega chegou a ter ordem de marcha! Mas depois . . . Depois, *tudo como d'antes quartel general em Abrantes,*

Nem revolução, nem, ao menos, mallogro de casamento real. Magalhães Lima bem mexeu os pausinhos. A maçonaria ainda fez alguma coisa por essa Europa fóra. Mas o rei sempre casa, ao que parece, com a princeza ingleza. Tudo perdido! Então, que fazer agora senão troçar o governo com a pavorosa?

Salve-se o fiasco. Troça ao governo!

Dir-se-hia, tamanha foi a *gralha* que sahiu no artigo *Assassinos*, do ultimo numero, que o nosso revisor . . . voltou de Londres. Não voltou. Agora foi um typographo que não fez a emenda e que, se não fosse um homem sério, como é, nós diriamos ter sido aqui mettido . . . por qualquer dos heroes da quadrilha. E' claro que a *torpeza*, *o negrume*, *o lodo*, *o veneno é* . . . **da alma d'elles.**

E' não fazer outra, srs. typographos. Senão . . . o *Times* reclama-os como reclamou o revisor. E depois de termos ficado sem trancas para o lume, que a Inglaterra nos leva em toros de pinheiro, ainda ficaremos sem trancas para deslombar os quadrilheiros da republica.

A grande quadrilha

Um grande canalha

Os leitores viram, n'um numero anterior, a historia, em resumo, da formidavel canalhice feita ao estudante Fratel pelo estudante Affonso Costa.

O estudante Fratel tinha melhor classificação que o estudante Affonso Costa. Este propoz a Fratel, para o inutilisar, uma campanha contra o lente Chaves e Castro, campanha que deveria consistir n'um descomponenda na aula, applicada severamente e solemnemente quando qualquer dos dois fosse chamado, e n'uma serie d'artigos contra o mesmo lente Chaves nas *Novidades*. Fratel, como todo e qualquer homem de bem, cahiu no laço. Chamado á licção, atirou-se ao lente como Santiago aos Mouros, ao mesmo tempo que começava a publicar contra elle artigos nas *Novidades*. Affonso Costa, chamado, depois de Fratel, por seu turno, á licção, desfazia-se em zumbaias, cumprimentos e amabilidades, abstendo-se cuidadosamente, escusado seria dize-lo, de qualquer publicação nos jornaes. O resultado immediato foi Affonso Costa subir e Fratel descer na classificação.

Isto é um acto de garoto, de reles garoto. De verdadeiro canalha. Mas em relação ao que se seguiu ainda não é nada.

O que se seguiu vão dize-lo as duas cartas immediatas.

O sr. dr. Chaves e Castro negou que tivesse alterado as notas da caderneta e não ha motivo nenhum para duvidar das suas palavras. O sr. dr. Chaves e Castro foi sempre um homem serio e Affonso Costa foi sempre o ultimo dos canalhas. Mas admittindo mesmo que fosse pouco regular, ou menos regular, o procedimento do sr. dr. Chaves, nem assim o Affonso Costa teria deixado de proceder como um canalha. Como o sr. dr. Chaves muito bem fez accentuar na sua carta, era a elle que Affonso Costa devia o seu logar de lente de direito. Affonso Costa pode dizer, e é logico, que o devia mas era á sua canalhice. Concordamos. Comtudo, se não fosse *excessivamente canalha*, teria alguma attenção pelo instrumento inconsciente da sua canalhice, que era o mesmo dr. Chaves.

Alem d'essa circumstancia, tambem é exactissima a observação, feita pelo dr. Chaves, de que o professor não é obrigado a cingir-se ás notas da caderneta. E, emfim, o dr. Chaves acabava de ter razão, e plenissima razão, affirmando que qualquer homem regularmente sério iria ter com elle a pedir-lhe explicações sobre a caderneta, se qualquer duvida tivesse, quanto mais um miseravel que lhe devia o seu logar de professor da Universidade.

De forma que o homem mais popular, ou, pelo menos, o de maior influencia sobre o partido republicano, apparece aos olhos do paiz n'estas circumstancias: foi e é o ultimo dos devassos, passando a sua vida em orgias escandalosas, que ostentava aos olhos de sua propria mãe, e attentando contra o pudor das creadas aos olhos da sua propria sogra; commetteu a suprema infamia d'espancar a propria mãe; é bebedo; é ladrão; e foi lente da Universidade, o que lhe abriu a porta da vida publica e da sua influencia politica e social, por meio de tres grandes canalhices: a canalhice feita a Fratel; a canalhice feita ao rei e a João Franco, que condemnou á morte nas sociedades secretas, depois do rei, por intervenção do general Campos, e de João Franco terem influido notavelmente para elle ser admittido na Universidade; e a canalhice monumental feita ao dr. Chaves, ao homem que lhe deu a classificação indispensavel para elle poder ascender a lente da Universidade.

Isto define o bandido. Mas define ainda melhor o partido republicano que o engrandeceu, o honra e o exalta.

Seguem hoje as duas primeiras cartas que na occasião se trocaram nos jornaes.

Sr. redactor da «Resistencia». (1)—Peço a V. a fineza de publicar no proximo numero do seu jornal a carta juncta, que hontem remetti ao «Popular» e a outros jornaes de Lisboa e Porto.

Com toda a consideração, subscrevo-me

De V.
Correl.º, e am.º, att.º, obg.º
Affonso Costa

—*—

Sr. redactor.

Foi só hontem, pelas 9 horas da noite, que li, transcriptas no «Popular», as phrases calumniosas que a meu respeito publicou a «Nação» com o evidente proposito de ferir a minha dignidade de homem e de professor. Apressei-me a desmenti-las telegraphicamente. Isso, porem, não basta. Agora sobretudo, que a questão não é com um simples articulista, cujo nome, aliás, desejo conhecer para os devidos effeitos, mas com a propria Camara dos Pares, em que parece se levantaram duvidas ácêrca da correcção do meu procedimento como funccionario do Estado, o meu silencio já não é possivel; e, embora com profundo desgosto, eu tenho de revelar ao publico alguns dos factos que desejaria ficassem para sempre encerrados no seio da corporação a que me honro de pertencer.

A accusação que se me faz consiste no seguinte: que alterei ou falsifiquei as notas das cadernetas de collegas meus, e que ouvi as censuras e até as injurias que dois professores me dirigiram, por esse motivo, no dia 28 de junho.

O caso, porém, passou-se quasi ao inverso, como vou mostrar, expondo, não só a súmmula dos acontecimentos d'esse dia, mas ainda alguns factos anteriores ao tal pretendido conflicto.

Em 9 de junho o sr. dr. Chaves e Castro, que pediu a sua aposentação, foi inspeccionado por uma junta medica, que o declarou incapaz do serviço.

Deixou, pois, de ir aos actos, coincidindo a sua falta com a do sr. dr. Fernandes Vaz, que, como digno Par do Reino, teve de ausentar-se para Lisboa.

De harmonia com o resolvido na congregação de maio, eu fui substituir este ultimo professor, —sendo o sr. dr. Chaves, *que tinha remettido para a mêsa a sua caderneta*, (1) substituindo, successivamente, pelos srs. drs. Dias da Silva e Teixeira d'Abreu e, agora, pelo sr. dr. Guilherme Moreira.

A caderneta estava numa das gavetas á disposição do professor que argumentava na respectiva cadeira, e era, depois de cada série de actos, examinada, como as demais, pelo jury, que assim procurava reunir todos os elementos necessarios para uma justa decisão.

Ora foi n'uma dessas consultas que eu e o sr. dr. Teixeira d'Abreu notámos o facto anormal de terem quasi todos os alumnos lições eguaes e haverem sido alteradas notas conhecidas de certos estudantes.

Depois de demorado exame foi para nós evidente que o sr. dr. Chaves *tinha transformado todas as notas más ou fracas dos alumnos que ainda não tinham feito acto em notas regulares;* e a verdade é que o facto não nos surprehendeu, como não vimos que surprehendesse, durante varios dias, qualquer dos muitos collegas a quem o referimos. E' que ao nosso conhecimento, pelo menos, tinha chegado, dias antes, um boato que explicava todas aquellas alterações.

Esse boato consiste em ter o sr. dr. Chaves declarado *que não deixava ao jury nenhuma nota má de qualquer dos seus discipulos,* — declaração que se tornava crivel pela approximação dos seguintes factos:

O sr. dr. Chaves, que ha mais d'um anno requereu a sua aposentação, fez suster, em junho ou julho de 1896, o respectivo processo por motivos que não vêem agora para o caso. Correu desde então que se aposentaria em desembro. Fôsse ou não esse o intuito do professor, em todo o caso os alumnos, acreditando na versão, dirigiram-lhe uma elogiosa mensagem (publicada e commentada em alguns periodicos), na qual pediram ao sr. dr. Chaves que acompanhasse o curso até ao encerramento das aulas e no periodo dos actos.

Parece que sua ex.ª não accedeu inteiramente ao pedido dos discipulos porque, mal começaram os actos, exigiu que o inspeccionassem e deixou logo depois todo o serviço.

Ora é, pelo menos, provavel que o dr. Chaves fizesse a declaração que o insistente boato lhe attribuia a fim de minorar o descontentamento de alguns dos seus discipulos, que o viam afastar-se do 4.º anno antes de terminado o periodo pelo qual tinha sido pedida a sua permanencia.

Fôsse como fosse, o facto não nos surprehendeu e, no meu pleno direito, apreciei-o, *entre collegas,* declarando-o, sem protesto de ninguem, irregular e perigoso, já porque, destinando-se a favorecer os maus estudantes, prejudicava afinal os bons, visto deixa-los privados da garantia que na sua frequencia teriam contra as contingencias do acto, — já porque tornava mais difficil a de si melindrosa funcção de julgar — sendo até este um dos fundamentos allegados officialmente pelo meu collega dr. Teixeira de Abreu para, no dia 23 de junho, se despedir dos actos do 4.º anno.

Devo accrescentar que sabendo da sahida do meu collega, me despedi tambem, sob fundamento de que só faria serviço naquelle anno quando o jury estivesse completo.

Era, porem, difficilimo completa-lo, e por esse motivo foram os actos interrompidos. Afinal, sabendo-se que a Camara dos Pares ia dar licença ao sr. dr. Fernandes Vaz para assistir, querendo, aos actos do seu curso, resolveu-se que os trabalhos recomeçassem no dia 1 de julho com uma mêsa composta dos srs. drs. Garcia e Vaz, professores do anno, e de mim, substituto nomeado para esse serviço pela congregação.

Succedeu, porem, no dia 28 de junho, que,— estando eu na sala de espera a descançar das fadigas dos actos do meu curso e a conversar amigavelmente com vários collegas ácerca do comicio de Lisboa realizado na vespera e em que eu tomára parte, — os srs. drs. Vaz e Assis Teixeira interpellaram-me ácerca da caderneta do sr. dr. Chaves e declararam, muito expressamente, que, segundo as affirmações d'esse professor, *a caderneta não tinha soffrido emenda alguma; e que, se as notas pareciam na quasi totalidade eguaes, não o eram todavia realmente, pois se distinguiam umas das outras pela fórma como estavam escriptas.*

Era improcedente a defêsa, e, sobretudo, nem sequer abalava a firme convicção do meu espirito. Propuz-me, por isso, dar aos collegas as razões do meu convencimento. E então o debate animou-se bastante. Durante elle, proferi em relação ao procedimento do sr. dr. Chaves, algumas phrases porventura desagradaveis e que tiveram o condão de irritar os srs. drs. Assis Teixeira e Fernandes Vaz.

Eu estava rouquissimo. SS. Ex.as, nomeadamente o sr. dr. Assis, repetiam, em voz alta e clamorosa, as minhas phrases, como que pedindo para ellas a maldição do proprio ceo.

Seria por essa razão que alguem suppôz *ou quiz suppôr* que o sr. dr. Assis me insultou? Não sei.

O que, porém, é incontestavel, é que nem sua Ex.a nem o sr. dr. Vaz me disseram palavra alguma offensiva. De resto, é o que toda a gente de são juizo vê logo: os meus collegas não seriam capazes de me insultar, nem eu seria capaz de o consentir.

Em resumo: os srs. drs. Assis e Vaz, especialmente o primeiro, repetiram, em grandes brados, as palavras que eu disse em relação ao sr. dr. Chaves; e fizeram-n'o por tal forma que alguns curiosos, agglomerados junto das janellas da sala, *quizeram acreditar* que essas palavras éram do sr. dr. Assis para commigo e não minhas para com o sr. dr. Chaves.

E', todavia, justo accrescentar que taes palavras differem bastante das que se leem na *Nação*.

†

Tal é, sr. redactor, a verdadeira exposição dos factos, que são do conhecimento de toda a gente sensata e digna de Coimbra, e que fôram presenciados, no que respeita á altercação, por alguns professores da minha Faculdade.

Eu podia ficar por aqui. Mas não quero terminar sem dizer a V., sr. redactor, que, logo depois da altercação, officiei, voluntariamente, ao sr. decano e director da minha Faculdade para lhe participar que, por *motivos supervenientes,* não podia voltar aos actos do 4.º anno.

Desde então, pois, tenho feito serviço só nos actos do 2.º anno, á excepção dos dois ultimos dias, em que fiz tambem serviço no 5.º, em substituição de um collega doente.

Por fim, sr. redactor, peço a publicação das 4 cartas que remetto por cópia, e cujos originaes ficam á disposição de quem desejar examina-los.

Coimbra c. de v. Rua dos Militares 38, 6 de julho de 1897.

Dr. Affonso Costa.

Sr. redactor da *Resistencia* (1).—Li em o n.º 268 do seu jornal uma carta assignada pelo sr. dr. Affonso Costa, em que este sr. me calumnia faltando redondamente á verdade, e por isso permitta-me que eu venha em desaggravo restabelecer a verdade deturpada e confundir o calumniador.

O sr. dr. Affonso Costa, depois de expôr os motivos porque foi aos actos do 4.º anno de direito em minha substituição, diz que, estando em uma das gavetas *(da mesa dos actos?)* a minha caderneta, *que eu tinha remettido para a mesa,* á disposição do professor que argumentava na respectiva cadeira. e sendo examinada a caderneta, depois de cada série de actos, como as demais, pelo jury, fôra em uma d'essas consultas *(conferencias?)* que o sr. dr. Affonso Costa e o sr. dr. Teixeira d'Abreu notaram *o facto anormal de terem quasi todos os alumnos licções eguaes e haverem sido alteradas notas conhecidas de certos estudantes;* e que depois de demorado exame fôra para elles evidente que eu *tinha transformado todas as notas más ou fracas dos alumnos que ainda não tinham feito acto em notas regulares.*

Ora, em primeiro logar, é falso que eu *remettesse para a mesa do 4.º anno de direito a minha caderneta*, como lhe chama o sr. dr. Affonso Costa, mas que eu com mais propriedade chamarei pauta dos estudantes do 4.º anno juridico de 1896 a 1897.

O bedel da Faculdade de Direito, Luiz Rodrigues d'Almeida, foi quem veio ao meu escriptorio, na rua de Quebra Costas, no dia 10 de junho ultimo, pedir-me a pauta, para, disse elle, ser presente á mesa do 4.º anno de direito; e comquanto eu não tivesse por lei obrigação de fornecer a examinadores os meus apontamentos particulares, todavia, como primei sempre em ser bom collega, entreguei promptamente a pauta ao bedel, *tal qual a tinha*, ignorando a que mãos iria parar, porque o bedel não soube dizer então quem iria substituir-me.

Em segundo logar, é falso que eu *transformasse em notas regulares todas as más notas ou fracas dos alumnos que ainda não tinham feito acto,* com o intuito de favorecer os estudantes e enganar os examinadores, como o sr. dr. Affonso Costa pretende inculcar: e só elle era capaz de levantar esta calumnia, sem ter a minima consideração com os meus precedentes de homem e de professor da Faculdade de Direito durante 26 annos.

Ninguem até hoje se atreveu a dizer que eu era capaz de alterar o contheudo de qualquer papel com o fim de enganar alguem; e todos os meus collegas, com a unica excepção do sr. dr. Affonso Costa, sabem que fui sempre exacto e escrupuloso nas informações que lhes dava sobre o merecimento litterario dos estudantes, sendo a minha constante preoccupação que estes fossem avaliados pelos seus professores com rigorosa justiça e verdade, para credito e lustre da Universidade e proveito do paiz.

Além d'isto seria verdadeira puerilidade transformar eu em notas regulares as notas más e fracas dos alumnos que não tinham feito acto; porque o sr. dr. Affonso Costa deve saber que um examinador não é obrigado a sujeitar o seu juizo ás notas de frequencia que outrem lhe forneça, e que estas notas, sendo dadas por mera deferencia pessoal, podem ser ou não seguidas, conforme o conceito em que é tido quem as fornece.

Se o sr. dr. Affonso Costa fosse, como devia ser, um bom collega, e respeitador da honra e dignidade dos outros, cumpria-lhe pedir-me explicação das notas que encontrou na minha pauta, e que lhe pareceram eguaes, e só depois das explicações dadas por mim é que poderia formar um juizo seguro ácerca do valor d'ellas. Mas o sr. dr. Affonso Costa preferiu calumniar, sem o ouvir, quem lhe não fizera a menor offensa, e sempre lhe dispensou attenções e o exaltou e ajudou a engrandecer, votando que se conferisse um premio pecuniario, no 4.º anno de direito de 1892 a 1893, ao estudante Affonso Augusto da Costa, que trazia do 3.º anno uma simples distinção, e que tinha sido apenas approvado *nemine discrepante* nos dois annos anteriores!

A declaração que o sr. dr. Affonso Costa me attribue, de que eu não deixava ao jury *nenhuma nota má de qualquer dos meus discipulos* — é outra calumnia por elle inventada e cobardemente disfarçada com o nome de *boato*. Eu que na minha carreira de professor nunca procurei e antes desprezei sempre a popularidade, e que muitas vezes me sacrifiquei em defesa dos meus collegas, como podem attestar muitos que estão ainda na Faculdade, havia de tratar agora, depois da retirada do serviço universitario, e com 61 annos de edade, de promover a minha popularidade em meia duzia de estudantes do 4.º anno de direito, alterando notas que podiam ser seguidas ou deixadas de o ser! E' a calumnia mais baixa e miseravel, que só o sr. dr. Affonso Costa era capaz de urdir contra mim!

A approximação dos factos, que o sr. dr. Affonso Costa faz para justificar que eu alterara as notas da pauta com o intuito de adquirir popularidade, é o typo da calumnia engendrada por um homem de mau caracter.

Toda a gente sabe, e o sr. dr. Affonso Costa não desconhece, que requeri a minha aposentação em abril de 1896, e que por motivos que ignoro, não se deu andamento ao processo na secretaria do reino.

Em meados de julho do mesmo anno, o meu collega e amigo sr. dr. Bernardo d'Albuquerque e Amaral, que tinha então vindo de Lisboa, disse-me que o director geral d'instrucção publica lhe communicara que ia remetter para a direcção da contabilidade o meu processo de aposentação; mas que, tendo-lhe observado aquelle meu amigo que eu deixaria de ir aos actos desde o exame que me declarasse incapaz do serviço da Universidade, resolveu mandar o processo só depois de terminado este serviço.

Como porém me parecesse injusto que me fosse dada a aposentação em ferias, depois do pezadissimo serviço dos actos, pedi para que só em Outubro se remettesse o respectivo processo á direcção geral da contabilidade.

Em Outubro reflecti que faltavam só dois mezes e meio para completar mais um anno de serviço, e portanto resolvi continuar até ao Natal de 1896, que era quando terminava o 26.º anno do meu serviço academico.

Proximo do Natal appareceram em minha casa alguns estudantes, que se diziam commissionados pelo curso do 4.º anno juridico, a pedirem que eu continuasse a regencia da cadeira até ao *fim do anno lectivo*, para não haver alteração no methodo de ensino; e, accedendo ao pedido, continuei effectivamente a reger a cadeira até ao fim de Maio, pedindo então a minha aposentação.

O pedido dos commissionados não comprehendia os actos, e quando os comprehendesse, eu não accederia a elle, porque não queria que sobre o meu criterio de julgador recahisse a suspeita de que desejava ser agradavel a quem sollicitava o meu julgamento.

Se o sr. dr. Affonso Costa não comprehende estes melindres, comprehendo-os eu, que procedi como julgador sempre com toda a isenção.

Por ultimo direi ao sr. dr. Affonso Costa que não é por meio da inveja e da ingratidão que se ha de engrandecer. Se pretende, como inculca, ser o reformador da organisação politica e economica da sociedade actual, affaste-se d'estes dois vicios, que poderão dar, quando muito, um Marat, ou um Robespierre, mas nunca um professor digno, nem um cidadão prestavel aos outros e á sua patria.

Digne-se v. ex.a sr. redactor publicar esta minha carta no proximo numero da *Resistencia;* e

Sou de v. ex.a att.º vend.or

Coimbra 9 de julho de 1897.

Manuel de Oliveira Chaves e Castro.

Muito grave

Do sr. Fernando de Souza recebemos a carta que se segue:

Sr. Director do *Povo de Aveiro.*

No numero do seu semanario, de 28 do corrente, encontro uma noticia em que figura o meu nome em termos que carecem de rectificação.

Os factos occorridos foram os seguintes: No dia do regicidio, um engenheiro meu amigo, que viera do Barreiro no vapor que transportara a familia real, fôra, apenas desembarcou, ao estabelecimento de ferragens dos srs. J. B. Fernandes, onde se achava quando soaram os tiros disparados no Terreiro do Paço. Saiu á rua, vendo as carruagens que entravam no Arsenal. Nessa occasião notou que dois individuos vindos dos lados da rua do Arsenal subiam a um trem de praça ali estacionado nas proximidades da egreja de S. Julião, e sem nada dizerem ao cocheiro este fizera partir com grande velocidade o trem, cujo numero fixou.

Um amigo seu, a quem narrou este extranho caso, fez com que elle fosse chamado a depor no Juizo d'instrucção criminal por duas vezes, não parecendo que fossem muito boas as impressões trazidas.

D'estes factos só muito tempo depois tive conhecimento. Nem aquelle engenheiro me ia procurar, nem me contou na occasião o que occorrera, nem eu o aconselhei a que fosse ao Juizo d'instrucção, nem elle era capaz de se furtar ao dever social de prestar esclarecimentos sobre o que vira.

Pode V. fazer uso d'esta minha carta.

Subscrevo-me, agradecendo os termos amaveis em que são feitas as referencias que me dizem respeito,

De V. etc.,

Lisboa, 29-11-909.

J. Fernando de Souza.

Agradecendo ao sr. Fernando de Souza os esclarecimentos contidos na sua carta, e que, por muitos titulos, apreciamos, pois que só temos em vista a verdade, devemos dizer, todavia, que elles não alteram, antes confirmam a essencia do que narrámos. Ha uma variante na forma. O fundo subsiste inteiramente.

O amigo do sr. Fernando de Souza viu um facto relativamente importante. Relativamente?! Que dizemos? Muito importante. Muitissimo importante. Foi depor sobre elle ao Juizo d'Instrucção Criminal e *nem por isso foram muito boas as impressões que de lá trouxe.*

Ora aqui é que bate o ponto.

Então o juiz d'instrucção criminal, em vez d'agarrar soffregamente aquella pista, em vez de procurar saber quem eram os dois homens, quem era o cocheiro, porque motivo os dois homens entraram no trem n'aquella extraordinaria conjunctura, d'uma forma *mysteriosa*, porque batia o cocheiro em corrida desabrida, não só despreza tudo isso como deixa sahir a testemunha convencida de que elle, juiz, o fazia de *proposito?*

Porque era esta coisa extraordinaria de vir toda a gente do juizo d'instrucção *mal impressionada*, que era o mesmo que dizer: *convencida de que o juizo d'instrucção não queria apurar a verdade?*

Por dois motivos. Um já o referimos n'outro dia: o medo. Outro, a maçonaria. Não ha nada peor que o espirito de seita. Nós sempre o detestámos. Ou seita religiosa ou seita laica. Por isso mesmo, sendo livre pensador, *nunca* quizemos pertencer á maçonaria. Nunca! Muitas vezes nos convidaram. Sempre, terminantemente, rejeitámos. O que nos tem levado e leva a dizer: de todos os republicanos em evidencia o unico que se manteve sempre independente fomos nós. De todos os livres pensadores em evidencia o unico que rejeitou, sempre, o espirito de seita, fomos nós.

Ora a maçonaria é que matou o rei. O rei foi morto em virtude d'uma conspiração. E essa conspiração sahiu da maçonaria. Toda a maçonaria foi responsavel por esse crime? Não. Mas sahiu da maçonaria, que é o caso. Sahiu d'um conluio de maçons dissidentes, de maçons republicanos e de maçons anarchistas. Ora bastava ter sahido da maçonaria para que o espirito de seita maçonica, que é terrivel, que não fica a dever nada ao mais ferrenho espirito de seita religioso, levasse todos os maçons a torcer-se, a encolher-se, a fazer todo o possivel para que a *marosca* não fosse descoberta, isto é, a ser cumplices.

Fiquem-se com esta, por hoje, e irão ouvindo, esperamos, coisas preciosas.

Logo que se deu a morte do Nunes Pedro nós dissemos d'aqui ao sr. juiz de instrução: passe pela redacção do *Mundo*, sr. juiz, e da redacção do *Mundo* dirija-se á maçonaria. Se o fizer. . . dá com o gato.

O diabo é se o sr. juiz de instrução tambem é maçon! Então, apesar de muito intelligente e honesto, que é . . . não se faz nada.

Vão ouvindo, vão ouvindo, que quando não ouçam coisas preciosas irão, ao menos, ouvindo as *verdades*.

Haja alguem que não tenha medo e que não seja. . . maçonico.

Semana Lisboeta

Um punhado de noticias

Um frio de rachar e muita gente sem abrigo. Terminou ante-hontem o mez tragico para os que não trazem as algibeiras recheadas nem os estomagos a rebentar de indigestão. Ficou, como sempre, muita gente sem casa onde dormir, e outros, para ter casa, sem enxerga, sem trapos, e sem pão para comer.

Por acaso o senhorio não me poz na rua. E eu, que soffro muito com a dor dos outros, não deixei, no entanto, de agradecer ao senhorio, e sinto-me muito mais alegre do que me sentiria, por certo, se a desgraça me tivesse tambem attingido impiedosamente fazendo-me passar na Avenida, enregelado até aos ossos, as noites que agradavelmente passo aqui, na minha cama, a fazer prosa e a rir-me do mundo para que o mundo se não ria de mim.

Tenho uma visinha que poz escriptos no dia 20 de novembro. Fui ver a casa porque não estou muito contente com a minha. Tenho no dez-do-chão uma esquadra de policia, e no 1.º andar mora o respectivo chefe. Quasi todas as noites se fazem rusgas n'estes sitios, que não são dos mais pacatos, e prende-se a esmo, sem rei nem roque, atirando para immundos calabouços, de mistura com mulheres de má nota, raparigas honestas que desconheciam o vicio e homens honrados que nunca haviam encetado relações com o crime. Protestam, gritam, barafustam, batalham em vão contra as portas dos quartos onde os mettem e intervem o janizaro que emmudece os recalcitrantes com insultos de borracho sem decôro, fazendo ás raparigas propostas infames, dominando os homens a chicotadas de cavallo marinho, que é instrumento indispensavel e muito usado nas lindas esquadras d'esta pittoresca capital de paiz civilisado.

E a altas horas da noite, quando me preparo para dormir, lá vem um berro de policia que me fére os ouvidos, um estalar de chicote que me indigna ou um grito lancinante de desolação que me faz pensar amargamente nas amarguras da vida, relegando para a noite immediata o repouso que eu destinara a esta, cansado da labuta do dia. De forma que, positivamente, tenho de mudar de casa. E como dizia ao leitor, a minha boa visinha poz escriptos e eu pedi-lhe para me deixar ir ver a casa d'ella.

Depois de passar minuciosa revista ás varias devisões, examinando com cuidado se pelas paredes se exhibiam os inseparaveis companheiros das casas pobres de Lisbôa, perguntei á visinha, entre duas amabilidades, para onde ia viver. E fiquei sobremaneira admirado quando me respondeu que não tencionava, por emquanto, ir viver para parte alguma, nem mesmo em tal pensava, porque inutil seria fazê-lo desde que não tinha cinco réis para alugar um misero casebre. Isto com a maxima naturalidade, como quem está acostumada a estes manjares e acha uma asneira preoccupar-se, gastando vida e energia inutilmente, com a sorte do dia seguinte.

Achei graça á simplicidade estoica da visinha e lembrei-me que, como ella, centenas de pessoas se encontram, n'esta epocha, nas mesmas circumstancias, nem todas encarando, porem, com a mesma indifferença a perspectiva do olho da rua ou do estomago a dar horas. Eu, por exemplo, que d'aqui a dois mezes tenho de pagar a decima, já ando com dores de cabeça e não tardará que me entre nos pulmões a inflexivel tuberculose que de ha muito me faz vida na bolsa, mais vasia que o meu proprio cérebro, de ha muito tambem tão ôco e vasio de ideas como a cabeça do Assis, que o franquismo fez conde e o acaso fez de pederneira.

Pois senhores: chega no sabbado o rei de Portugal, a quem se prepara, com todo o enthusiasmo, uma manifestação expontanea; e na segunda feira da semana em que escrevo, acamparam, para os lados de Bemfica, uns centos de hungaros que fazem vida nomada e usam uns trages muito exquesitos que trazem interessados os bons dos alfacinhas. Os homensinhos, que são, por signal, muito mais altos e muito mais fortes do que eu, tysica ambulante á mercê do destino, teem nos casacos grandes botões de prata massiça, artisticamente trabalhados, e usam grandes bengalas, com enormes castões do mesmo metal a que chamei prata, e que deviam render, n'uma casa de penhores aberta ha dias na rua do Principe — *A Mercantil* — umas dezenas de mil réis. São caldeireiros e possuem, ao que se diz, fortunas consideraveis. Andam de terra em terra, acampando aqui e alem, vivem muito felizes, e quando attravessam as ruas da cidade todo o mundo olha para elles, o que faz roer de inveja certos bachareisinhos que eu conheço, anciosos de notoriedade e de que ninguem faz o minimo caso. Emfim, são patuscos os hungaros e diz-se que sempre vae avante o bloco conservador, constituido por progressistas, henriquistas e não sei se francaceos, o que traz muito irritado o sr. Alpoim, a quem se aggravam os terriveis padecimentos de que soffre.

Pelas esquinas appareceram já affixados cartaze annunciadores da reabertura do D. Maria, com o *Marido Ideal*, peça de sobejo util para mostrar a insufficiencia dos actores e a incapacidade da *Sociedade Artistica* para fazer obra de geito. Em S. Carlos o *Infortunio*, com esplendida musica e melhor interpretação; e nas ruas, nas praças e nos largos, nas viella e nos becos, a festejar o 1.º de dezembro, as bandas regimentaes tocando o hymno da carta emquanto no quartel dos marinheiros, imprudentemente, uma bala cae d'um rewolver que um d'elles estava limpando e vae atravessar um companheiro, enviando-o d'esta para a melhor, pouco depois de ter fallecido o sr. Gomes da Silva, ex-director da fazenda municipal e antigo deputado republicano que a morte não quiz poupar.

No sud-express de segunda feira chegaram a Lisboa os srs. Botto Machado, Bernardino Idem, Basilio Telles e Barbosa do Bocage, ao mesmo tempo que desembarcou no mercado litterario d'esta mesma cidade uma obra do sr. José Agostinho, fecundissimo

(1) *Resistencia* n.º 248 — terça-feira 8 de julho de 1897.

(1) Todo o italico é da *Resistencia*.

(1) *Conimbricense* n.º 5:118 de 10 de julho de 1897.

escriptor que Deus fez para dizer asneiras e obrar com regularidade e frequencia. Falla do Eça de Queiroz, o tal livreco, e a livraria Chardrom envia-nos nova edição da *Reliquia*. No prelo tem o sr. Jayme Cortezão um bello poema que ha-de deliciar o publico intelligente e um cavalheiro qualquer que não tenho a honra de conhecer teve hontem uma infeliz *delivrance*, dando-nos o *Portugal na luz*, que só pelo titulo faz arripiar as barbas e o cabello.

Menalkas

O preço do POVO DE AVEIRO avulso é de 20 réis

De Nenhures

3 de dezembro

Pedem alguns leitores a continuação das cartas ou chronicas de *Nenhures*. Se eu ainda as souber escrever!

Não que ellas tivessem difficuldades d'arte, que não tinham. Mas haviam nascido d'um estado d'alma, que passou. Ninguem escreve o que quer, mas só aquillo que pode escrever.

Como tenho dicto muitas vezes, eu não sou jornalista nem escriptor. Tenho umas certas faculdades d'intelligencia que applico com algum exito. Mas é preciso notar-se que o meu exito deriva exclusivamente da minha sinceridade. Sinto, e escrevo o que sinto. A quasi totalidade dos jornaliqueiros da minha terra não sentem, e, quando raramente sentem, não escrevem o que sentem. E eis porque não sendo eu jornalista nem escriptor sou mais jornalista e escriptor que a maior parte d'elles.

A arte está na verdade. Quem não souber traduzir intensamente a verdade não é artista. Que importa um desenho muito correito se elle não traduzir a verdade? A verdade não está nas linhas frias do desenho, está na alma do desenhador ou do pintor. Sente elle bem o que pinta e o que desenha? Com quatro borrões impressiona o espectador. Não sente? Pode pôr no seu quadro todas as regras da arte que não impressiona ninguem. O artista é aquelle, não é este. Embora este desenhe bem e aquelle desenhe mal.

Sendo isto assim, é evidente que não pode ser *inalteravel* a forma e o processo do artista exprimir a verdade. Não só o sentimento evolue, como tudo, não só os agentes exteriores—influencia do meio, dos acontecimentos, de todos os factores da vida humana,—podem, d'uma hora para a outra, fazer sentir d'uma maneira bem differente, como não é raro o artista reconhecer no principio, no fim ou a meio do seu caminho, que não era aquelle o caminho a seguir para attingir a verdade.

O vulgo impressiona-se geralmente com o que chama ou se chama *incoherencia*. Mas ha duas maneiras de ser incoherente: ou por especulação ou por sinceridade. A coherencia como a incoherencia pode representar a verdade. O especulador politico, por exemplo, o quadrilheiro, é sempre coherente e é sempre incoherente. Geralmente acompanha o seu partido. Mas dentro do seu partido falta a tudo quanto promette, e a toda a hora. A sua coherencia é a sua incoherencia. A sua incoherencia é a sua charlatanice, a sua especulação, a sua mentira. E' falso, desde as unhas dos pés até ás extremidades dos cabellos.

Castelar começou a sua vida politica affirmando os principios mais radicaes e revolucionarios. E acabou por ser um conservador dentro da democracia. Na apparencia foi incoherente, o que lhe valeu as maiores injurias e os mais ultrajantes apodos da demagogia. No fundo, elle e só elle foi coherente A Hespanha não estava em condições d'exercer a soberania. Não comprehendia, não podia comprehender a democracia. Castelar entendeu, e muito bem, que o primeiro trabalho democratico, patriotico, humano, de civilisação e de progresso, a fazer na Hespanha, era . . . preparar a Hespanha para a democracia.

Clémenceau foi um ultra-radical quasi toda a sua vida. Chegado um dia ao poder viu que a turbamulta demagogica era um obstaculo e um perigo para a sã democracia. Carregou sobre ella. Foi incoherente? Não. Viu a verdade, emfim. Viu-a muito tarde, infelizmente. Mas viu-a. Não foi guiado por nenhum interesse illicito. Foi-o pelo desejo honesto d'acertar.

Não confundir essa *incoherencia* com a criminosa incoherencia do tartufo. Esta, sim, é revoltante. Entre o grande politico Caslelar, entre o grande politico Clémenceau, e o politico pandilha que se pode personificar, por exemplo, no nosso Cunha e Costa, ha um abysmo. Aquelles são homens. Este é garoto. Aquelles não teem outro objectivo e outro interesse senão o objectivo e o interesse da humanidade. Estes, cavalheiros d'industria, não só teem em mira exclusiva o interesse proprio como todos os meios lhes servem *para servirem os seus interesses*.

Essas evoluções do pensamento e do sentimento dão sempre ao homem modos de ser differentes. E succede nas pequenas o que succede nas grandes coisas.

E' um mal? E' um bem? Nem é um mal nem é um bem desde que é uma das fataes consequencias da vida. Todo o homem tem dentro de si uma historia e uma escala de sentimentos e pensamentos. Tanto mais larga a historia, tanto mais variada a escala, quanto mais longa e mais accidentada a existencia. Imaginem a minha! Tenho quasi cincoenta annos, que são cincoenta annos de conflictos, de combates terriveis, de accidentes de toda a ordem.

Quando a gente chega a certa edade põe-se a ler essa historia, a percorrer essa escala, e ainda ahi a natureza é sabia e providencial. Ai de nós, se de nós mesmos não vivessemos na hora triste do crepusculo!

Vivemos, mas é-nos inteiramente impossivel refazer o sentimento que passou. Inteiramente impossivel! Ou fosse d'odio ou amor, de tristeza ou alegria. Inteiramente impossivel! Ah, como nós seriamos todos felizes se o podessemos refazer! Porque nenhum de nós deixou de ter, nenhum, por maiores que hajam sido as amarguras, um dia d'amor ou um dia d'alegria!

Ha pouco uma senhora, escrevendo-me, lembrava-me o sentimento com que eu escrevi algumas d'estas cartas de *Nenhures*. Mas é que eu tinha então lagrimas nos olhos e lagrimas no coração. Hoje não tenho, minha senhora. E não posso chorar ou rir senão quando me vem vontade de rir ou de chorar. Como hei-de repetir um sentimento que passou? Como hei de eu escrever como escrevia quando estava sob a influencia d'esse sentimento d'amargura, e sendo os sentimentos de amargura sempre em mim sentimentos de ternura?

Que extranha coisa é essa de ter perdido o amor á natureza, objectava-me ainda a mesma senhora? Como deixou d'amar as flores?

Não sei. Eu julgo que quem amou, e amou intensamente, ficou sempre a amar. . . aquillo que amou. Não sei. Mas parece-me. Não ha senão um amor real, um amor verdadeiro. O que desabrocha com a vida. Só esse tem perfumes. Só esse se gravou nas cellulas cerebraes e fez vibrar, para sempre, as fibras do coração. Tudo o mais, o que vem depois, é superficial ou ficticio. Assim o julgo, e não me engano.

Nós tudo esquecemos, menos aquillo que na juventude nos impressionou. Eu tenho visto mil paizagens excellentes. Nenhuma accorda recordações doces em mim, nenhuua agita a minha alma, senão as que vi na minha infancia e na minha juventude. E, comtudo, solto brados d'admiração quando vejo as outras e parece-me que nunca vi coisa assim! Eu tenho ouvido cantar mil rouxinoes e tenho ouvido correr a agua de muitos ribeiros. Parece-me que todos os rouxinoes que tenho ouvido e todos os murmurios ou ruidos de aguas deslisando e cahindo só me encantam por me recordarem o encanto que eu senti quando, ao desabrochar da minha alma, ao expandir do meu ser, ao abrir-se essa flor que se chama a vida, e que percorre todas as phases da flor, porque a flor germina, expande, tomba, desfolha, cahe, e apanha bategas de agua, tufões, granizos, pancadas, insultos, desprezos, como nós apanhamos na vida, porque a flor é esmagada muitas vezes ao nascer, colhida ou profanada em botão, maltratada ou cortada por mão de criminoso ou de barbaro, porque tambem ella estiola e definha ou cresce e abre, cheia de pujança, conforme o meio em que se cria, parece-me que todos os rouxinoes que tenho ouvido e todos os murmurios ou ruidos d'aguas deslisando e cahindo só me encantam por me recordarem o encanto que eu senti quando, ao desabrochar da minha alma, ao expandir do meu ser, ao abrir-se essa flor que se chama a vida, eu ouvi cantar rouxinoes, murmurar ou ribombar, deslisando nas balsas ou cahindo de pedra em pedra, as aguas dos ribeiros.

Nós só temos uma phase da vida em que vivemos. Ou, pelo menos, em que vivemos a vida da alegria e do amor. Depois d'isso. . . endurecemos ou vegetamos. Ou, por outra, nós temos duas vidas, a vida do coração e a vida do pensamento. Só a do coração é alegre. Até na amargura tem o que quer que é de doçura. A do pensamento, mais ou menos é sempre triste. Sempre séria. Sempre severa. E por isso se diz, desde tempos immemoriaes: felizes dos que não pensam. *Abençoados sejam os pobres do espirito porque delles é o reino do ceo!*

Sim, minha senhora, eu devo amar ainda a natureza. Eu devo amar ainda as flores. Eu amei tanto as flores! Como eu amei as flores! Hei de ama-las, necessariamente. Simplesmente, a minha alma. . . não as sente bem n'este momento.

Tenho aqui um retrato, n'esta casa, que reproduz a primeira flor da minha alma e as primeiras flores do meu jardim. E que bem! Reproduziu-as um pintor de talento, Antonio Ramalho. E embora elle não tivesse o habito de pintar flores, como elle pintou bem a primeira flor da minha alma e as primeiras flores do meu jardim! Minha filha está morta. Morreu n'uma das noites mais agitadas da natureza e n'uma das noites mais agitadas da minha vida agitadissima. Que noite aquella! Eu estava a bordo do *Moçambique*, preso, em Leixões. O mar erguia-se, terrivel. O trovão ribombava, temeroso. O raio fuzilava, horrivel. O vapor, de caldeiras accesas, a dizer-nos por essa fórma: *Isto está sério!* Como elle jogava sobre as ondas! Como tudo aquillo era pavoroso!

Foi n'essa noite que morreu a minha filha.

Eu deitei-me, apesar dos perigos e horrores da tempestade. Deitei-me e dormi. De manhã, ao accordar, tinha sahido a barra, desarvorada, a Bartholomeu Dias. Tinha ido ao fundo o brigue Armando. Pouco depois chegou-me um telegramma: tinha morrido a minha filha.

Que alegria, nos republicanos! Como elles rejubilaram, com esse golpe tremendo que me feria! Desde esse dia que comecei a ver que não eram republicanos, mas bandidos. Que não eram homens, mas bestas féras com sanguinarios instinctos. Já os conhecia estupidos. A maneira porque elles tinham organisado e feito rebentar aquelle movimento deu-me idéa nitida da sua estupidez. Mas não os sabia perversos, nem suppunha. Fiquei-o sabendo desde esse dia.

Mandei reproduzir na tela o cadaver de minha filha. Cercado de flores. Ella tinha nascido entre as flores do meu jardim. Por ella e pelas flores repartia eu, então, os meus carinhos. Como ella era linda e como eram lindas, admiraveis, soberbas, as flores do meu jardim! Eram todas da mesma edade. Haviam nascido quasi ao mesmo tempo. Era justo que as flores lhe fizessem na morte companhia.

Esse quadro tinha um duplo fim: lembrar-me as flores, as flores d'alma e as flores do campo que eu amava, e aquelles que se tinham rido . . . quando uma d'essas flores, sob o peso da morte, desapparecia. Eu ia contempla-lo bastas vezes. E nunca, ao vê-lo, deixei de chorar antes de me encolerisar.

Pois oiça, senhora. Ha dias entrei n'esta casa após uma curta ausencia. Depois de estar só fui ve-lo, ao quadro, mais uma vez. E não chorei! E não senti! Pela primeira vez na minha vida, não chorei, ao contemplar, concentrado, isolado em mim mesmo, lendo uma pagina antiga de mim proprio, esse quadro. Porquê? Não lh'o quero dizer!

Fica só sabendo bem, minha senhora . . . que não sinto n'este momento as flôres, que não sinto ternuras, que já não posso, que já não sei escrever, com o estylo facil com que algumas vezes as escrevi . . . estas *Cartas de Nenhures*.

Não posso! Não sei!

Fique-o sabendo, e, comsigo, aquelles que me pedem esse estylo, o qual, ainda que bravo sempre, de quando em quando apparecia com uns sainetes de meiguice. Que brava um pouco, é certo, a aspereza do jornal. Pois não sei. Pelo menos, estou d'isso convencido.

C.

O preço do POVO DE AVEIRO avulso é de 20 réis

Factos

Já definimos o *Maduro*. Não se pode, nem deve, dizer mais nada a respeito do garoto. Alem d'isso, como tambem já dissémos, não passa d'um testa de ferro, o miseravel. A maior parte do que sahe no papel, não é da sua lavra.

Elle conhece-se á legua. Por exemplo, quando imita o general Borracho a querer tomar a outrem a responsabilidade das nossas palavras! Para o general Borracho, que foi pedir a responsabilidade dos nossos escriptos ao ministro da guerra e ao presidente do conselho, nós não tinhamos imputação. E para o Maduro - . . *idem, na mesma data*. O *Maduro*, que enguliu, *raso e em publico*, as injurias vomitadas contra o sr. Correia Nobrega, quando este senhor lhe exigiu a responsabilidade! Digam lá se o querem mais charro e mais ridiculo.

A questão é tudo quanto ha de mais simples e mais claro. A quadrilha, toda a quadrilha, mas especialmente Affonso Costa e a gente do *Mundo*, aproveitam a gazeta do *Maduro* para, apoiados em *prostitutas e souteneurs*, tentarem lançar o descredito sobre o unico homem que tem a sério prejudicado a quadrilha em Portugal.

Tudo quanto ha de mais claro. Tudo quanto ha de mais simples.

Trata-se de prostitutas. Trata-se de *souteneurs*. E trata-se dos ultimos bandidos da republica. E' feita d'essa escoria a colligação contra nós.

Mas nem um unico argumento, como temos visto. Um unico! Nem argumento nem séria contestação ao que temos dicto.

Assim, ja aqui falámos n'uma carta em que era falsificada a nossa lettra e a nossa assignatura e que d'Aveiro foi dirigida para Lisboa. Nem uma palavra os miseraveis disseram sobre esse, aliás importantissimo, assumpto! Quem foi o auctor da carta? Quem nos falsificou a lettra e a assignatura? Como se vê, estamos sempre em face dos mesmos bandidos. Incendiarios, assassinos, ladrões, falsificadores. Capazes de todos os crimes, ainda os mais repugnantes ou abjectos.

Quem foi o auctor d'essa carta? Quem foi o falsificador? Onde foi ella engendrada?

Bandidos! Grandes bandidos! Puros bandidos!

Como provaram elles que tinhamos roubado os irmãos da mulher com quem casámos?

Como provaram elles que nos tinhamos apoderado d uma mesquinha fortuna para a dissipar?

Estes são os factos. Sobre os quaes falâmos e insistimos não pelo *Maduro*, não pela colligação de prostitutas, de *souteneurs*, de bandidos politicos de que elle é o testa de ferro, mas de que é chefe verdadeiro o Affonso Costa, não mesmo por nós, que temos as costas largas e que não nos incommodamos com *chantages*, não mesmo pelo publico, isto é, pela au oridade de que necessitamos deante d'elle, po ue o publico já percebeu perfeitamente a infamissima *chantage*, e o fim que ella em em vista, mas *unica* e *exclusivamente* para accentuar mais uma vez o caracter da quadrilha que se propõe estabelecer a justiça, o bom governo, os bons principios, a moralidade em Portugal.

Isto é que é importante. Este é que tem sido o nosso constante objectivo, o fim de toda a nossa campanha jornalistica. Pois então aproveitemos n'esse sentido a propria *chantage* dirigida contra nós. E digamos que ainda mesmo que fosse verdade tudo quanto elles allegam contra nós, nem mesmo assim deixavam de consagrar como principio a mais *desaforada prostituição*.

Mesmo assim estaria d'um lado um homem que ficou no seu lar com os seus filhos, a educa-los, a trata-los, e do outro lado uma mulher que abandonou o seu lar e os seus filhos para seguir uma vida de deboches e orgias.

Mesmo assim estaria de um lado um homem que defendia os interesses dos seus filhos, menores, e do outro lado uma mulher que queria expoliar os seus filhos de metade da fortuna, para a gastar com *souteneurs* e devassidões de toda a ordem.

Então é assim que a republica encara a familia? E' assim que a republica defende os filhos? E' assim que a republica zela os interesses dos menores? E' assim que a republica dá o exemplo da moralidade?

Grandes miseraveis!

E' assim que a republica mostra o seu acatamento pelas leis e pelos tribunaes?

Porque o facto capital é que temos a nosso favor uma sentença, e sobre decisão unanime do jury, lavrada pelos tribunaes.

Sempre a mesma coisa: os tribunaes só são respeitaveis, os juizes só são integerrimos, os jurados só são honrados. . . quando satisfazem os caprichos, as ambições, os interesses ou as vaidades dos quadrilheiros infamissimos.

Que a mulher não tinha dinheiro para questionar! Ora, em primeiro logar, a propria lei lhe forneceria os recursos necessarios. Em segundo logar, como era que os parentes d'essa mulher a abandonavam? E' caso! Mas grande caso! Então essa mulher era uma victima, victima d'um tyranno, victima d'um devasso e, tendo parentes ricos, ou muito bem collocados, parentes dos mais chegados, dos mais intimos, os parentes abandonavam-n'a?

Extraordinario caso!

Ahi ou anda madurice de mais ou madurice de menos.

E o *Termónocú?* E seu illustre mano? Então esses dois manos, esses dois honrados manos, que são ambos modelos d'esposos, cheios de ternura e de respeito e de consideração pelas suas mulheres, almas de pombas, ricos, philantropos, vêem uma victima e não lhe acodem? Nem mesmo com a certeza de que não perderiam seu rico dinheirinho? Sim, porque se a mulher estava cheia de razão e de justiça e se era só *por falta de dinheiro* que *não vencia*, quem lhe emprestasse dinheiro praticava uma boa obra sem arriscar coisa nenhuma. A mulher vencia a questão, recolhia metade do casal e tinha, então, muito com que pagar, não só aos *souteneurs* como até a quem devia.

Então abandonam os parentes, abandonam os conhecidos e amigos, todos os *mansos*, todos os *honrados*, todos os *philantropos*, assim uma mulher victima da mais negra tyrannia, da mais revoltante injustiça social?

Que grandes miseraveis!

Então os filhos, um já homem, e anarchista, e revoltado, partidario do *amor livre*, rompem todas as relações com a mãe, repudiam-na, são elles mesmos, ou um d'elles, quem avisa o pae da vergonhosa conducta da mãe, e não as rompem com o pae, o tyranno e o devasso?

Tudo isto é caso!

Na peor hypothese, repetimos. Mesmo que fosse verdade tudo quanto dizem contra nós os miseraveis. Mas a verdade é que é *tudo mentira*. Mas a verdade é que tendo dicto os miseraveis, cathegoricamente, que tinhamos roubado os irmãos da mulher com quem casámos, e respondendo nós aqui que, ao contrario, fomos nós que lhe livrámos a fortuna, parte d'ella, das garras dos credores de seu pae, agora já respondem que não sabem como se poderia ter dado esse facto. Não sabem? Então se não sabem como vieram falar sobre aquillo que ignoravam e fazer a tal respeito, que é o peor, affirmações cathegoricas? Os grandes miseraveis!

Por emquanto, nós affirmámos e affirmâmos que quem lhes salvou, aos irmãos da mulher com quem casámos, e a ella propria, uma parte da fortuna de que já se tinham apoderado os credores de seu pae, fomos nós. Isto é incontestavel, como provaremos quando fôr preciso, e está incontestado até este momento.

Quando fôr preciso traduzir tudo em miudos, nós o faremos. E se já o não fizemos é porque não conhecemos ainda, ao certo, todos os membros da colligação de prostitutas, *souteneurs* e bandidos politicos formada contra nós, e não queremos pôr a lume a vida de certas pessoas senão em ultimo extremo.

Mas nós é que lhes salvámos, a todos, a parte da fortuna de que os credores já estavam de posse.

Mas nós augmentámos a fortuna do casal, que vale hoje mais de dez contos de réis, em vez de a termos esbanjado.

Hão de provar o contrario, os miseraveis.

Agora outra infamia, dicta no mesmo *tom cathegorico*, no mesmo tom de quem *está absolutamente seguro da verdade:* que arrancámos testamento em nosso favor a uma senhora irmã da mulher com quem casámos. Não temos querido envolver, nem directa nem indirectamente, o nome d'essa senhora n'esta porcaria. E mesmo agora limitar-nos-hemos a dizer: **é redondamente falso. Provem o que dizem, se são capazes, os miseraveis.**

Nunca essa senhora nos fez testamento. Nunca! Provem o contrario, os miseraveis!

Que grandes miseraveis!

Nem era preciso! Por mais do que uma vez tivemos a maior parte dos valores d'essa senhora em nossa mão. Se possuissemos as manhas do Affonso Costa, para que haviamos de ficar na contingencia d'um testamento? Para ladrão, era asneira!

Ainda em dezembro de 1907 essa senhora foi para o extrangeiro deixando-nos entregue, a nós, exclusivamente, de duas lettras: uma de nove contos de reis e outra d'um conto de reis. Da lettra d'um conto de reis eramos nós mesmo o devedor. Da lettra dos nove contos era devedora a empreza de que somos um dos socios. Rasgadas as lettras de que ficámos de posse, nós *ganhavamos*, sem trabalho, á laia do Affonso Costa, n'um momento, uns poucos de contos de reis, de pancada.

Por elles avaliam os outros, os grandes miseraveis! E para o provar nós repetiremos as historias que de seus illustres tios nos contou o *cambaio*. Que são monumentaes. Monumentaes!

Emfim, que pozemos o filho fóra de casa por elle ter promovido uma conferencia ou um comicio pro-Ferrer. Em tudo os mesmos miseraveis! Os mesmos miseraveis! Esta acaba de os definir, aos miseraveis! Porque nenhum d'esses bandidos ignora que ninguem faria, ninguem, o que nós temos feito a esse rapaz! Que ninguem teria tido, ninguem, a paciencia que nós temos tido para o aturar! Pois até esse lhes serve para a vilissima *chantage!*

De tudo quanto fica dito se averigua, por hoje, que no domingo averiguaremos o muito que ainda falta averiguar:

1.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de nos termos apoderado da fortuna da mulher com quem casámos, para lh'a dissiparmos, e, em seguida, a ella, mulher, a expulsarmos.

2.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de havermos prejudicado a fortuna dos irmãos da mulher com quem casámos.

3.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de termos levado a fazer-nos testamento uma irmã da mulher com quem casámos.

4.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de havermos expulso de casa o filho mais velho por elle haver promovido uma conferencia pro-Ferrer, querendo assim insinuar, ao mesmo tempo, que o abandonámos, quando estamos farto de o proteger e amparar.

5.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de tentarmos obter uma cadeira de professor na Escola Industrial d'esta cidade.

6.º Que os miseraveis **mentiram** quando nos accusaram de ser a causa dos desvarios da mulher com quem casámos, de a martyrisar, de a ter em carcere privado, sendo certo que essa mulher fazia *tudo quanto queria*, e só o podia fazer, evidentemente, tendo amplas liberdades; sendo certo que essa mulher não só tinha todos os confortos, todas as commodidades, mas até luxos, que é um pouco mais do que confortos, do que commodidades; sendo certo que os seus desvarios eram de tal ordem que só por uma grande, uma monstruosa aberração se podem explicar.

7.º Finalmente, para mostrarem a sua vileza e a sua infamia **até ao crime de falsificarem a nossa lettra e a nossa assignatura teem chegado**, fazendo em nosso nome suppostas cartas.

Havemos sempre de dize-lo: são mais nobres do que estes bandidos muitos dos que estão nas galés e na Penitenciaria.

Expediente

O «Povo de Aveiro» passará no proximo numero, ou ainda n'este se houver tempo para isso, a ser recebido aos domingos em todos os pontos do paiz.

Elles são tantos!...

Elles são tantos que já não ha maneira de os zurzir, a todos, em separado.

E' o de Beja, aquelle gatuno chamado Oliveira d'Almeida, que falsificava a conta da encommenda para o amigo, fazendo d'um zero um seis, para o amigo pagar em vez de 30$000 — 36$000 réis.

Um trocatintas, um malandro! Que notavel coincidencia: são todos, em todas as terras do paiz, a mesma coisa! O que não é muito de admirar, de resto, porque a canalha é toda egual.

A mesma em todas as terras, em todos os paizes, em todas as raças.

Mas em Beja tambem ha cada um! N'aquella aringa do Aresta Branco! Cada malandro! Emfim, são da marca Oliveira d'Almeida, o gatuno dos seis mil réis. Esta define-o e . . . define-os!

Pedir um amigo a outro que lhe traga de Lisboa uma encommenda, e este aproveitar-se do facto para roubar seis mil réis ao amigo, falsificando a conta, é das que definem um homem e os homens que, depois d'isso, lhe dão uma parcellasinha d'auctoridade.

Arre, gatunos! Grandes gatunos!

Esse é um. Outro é o bebedo, o grande bebedo do Evaristo de Carvalho, que Soure e Pombal conhecem pelas *turcas* phenomenaes. O Borracho, emfim, ainda poude ter mão na redea. Mas o Evaristo é que não vae lá. Ainda mais bebedo e mais pulha que o proprio Borracho!

Outro é o Carvalho, do Brazil, o gatunoide, emerito larapio, expulso como ladrão do emprego que exercia em Portugal onde vive impune tanto ladrão — por aqui se vê a força do bicho — e que hoje vive lá pelos Brazis dos mais indignos expedientes, o grandissimo bandalho. E fala em *Patria*, e escreve na *Patria*, e é *patriota*, o bandalho!

Outro é o Zé Barboza, a quem nos havemos de referir com mais vagar. Outro é o *collegasinho do Vouga*. E, para não faltar nada, até um franquista, um desavergonhado de Vizeu, que rabisca na *Provincia*, jornal que mão desconhecida nos manda da Lourinhã. Ora vejam, da Lourinhã!

Este desavergonhado, ao que nos dizem, tem-se fartado d'applaudir *O Povo de Aveiro*. Emquanto *O Povo de Aveiro* dava só bordoada . . . na quadrilha republicana. Mas chegou-lhe a um de casa e desatou logo aos coices a nós.

Bandidos todos. Todos! Este espirito de banditismo politico é profundo e é geral.

Segundo o desavergonhado, nós eramos obrigado a estar de cocoras deante do sr. Teixeira de Abreu. E' sacrario, é medalha, é talisman. Vinha um rapaz, que era nosso filho, e dizia-nos mal de Teixeira de Abreu? Nós deviamos logo ver que Teixeira de Abreu *era torre eburnea*, columna de marfim, pedaço de reliquia, e não acreditar no que nos dizia o rapaz.

Donde se vê que este escrevinhador vinga os republicanos. Se não é mais desavergonhado, ainda é mais burro do que elles.

O preço do POVO DE AVEIRO avulso é de 20 réis

Juizo de Instrucção

Com este titulo publicou *O Liberal*, de terça-feira, o artigo que passamos a transcrever.

Os jornaes republicanos, sobretudo o *Cornetim da Margarida*, andam furiosos com o empenho que demonstra o sr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo em descobrir os auctores do crime do Terreiro do Paço e os auctores do crime de Cascaes.

O *Cornetim da Margarida*, de quinta feira, terminava um artigo sobre o assumpto com estas palavras:

« E' uma indecencia, o que se está passando. A policia, demorando por tal forma as suas investigações, alardeia a sua incompetencia, ao mesmo tempo que mostra o mais absoluto despreso pelos direitos a que os proprios criminosos teem jus ».

Que grandes malandros! Que desaforadissimos malandros! Incendiar um predio onde morrem 14 pessoas, *não é indecencia*. O incendiario é uma victima! Matar á traição, com premeditação, em circumstancias particularmente odiosas e revoltantes, um pobre homem, como o Nunes Pedro, *não é indecencia*. O que é indecencia é... perseguir os incendiarios, os assassinos, os criminosos quando elles são republicanos!

Que bandidos! Que bandidos!

Segue o artigo do *Liberal*:

Os jornaes republicanos e seus alliados não vêem com bons olhos o Juizo de Instrucção Criminal.

O processo do regicidio incommoda-os; elles queriam que as investigações se dessem por concluidas, e que o processo fosse enviado, como está, para a Boa Hora. Porque? Comprehendia-se esta inquietação, se por causa do processo se fizessem buscas, ou prisões arbitrarias e se praticassem violencias.

Mas não consta que, por tal motivo, se tenha feito uma unica prisão; nem as casas dos cidadãos teem sido alarmadas com buscas, nem se tem praticado qualquer outra violencia. De que se queixam então?

O juiz tem de certo motivos graves para continuar as suas investigações; esses motivos devem ser respeitados; ver-se-ha depois se elles eram, ou não, procedentes.

Lei que marque praso para dar por findo o corpo de delicto não existe, nem devia existir; pois se o juiz de Instrucção Criminal mandasse o processo para a Boa Hora, e lá o archivassem, e se no dia seguinte se descobrissem criminosos, ha alguem que supponha que a policia ficava de mãos atadas e não podia proceder?

O procedimento judicial criminal só prescreve passados 15 annos, quando aos crimes é applicavel pena maior.

E' essa a regra, é essa a lei no processo do regicidio.

O que porém veio irritar mais os republicanos e seus alliados foram as investigações pendentes no Juizo de Instrucção Criminal ácerca do furto de cartuchos embalados da Alfandega, e do crime de Cascaes.

Aquelles cartuchos embalados estavam havia cerca de anno e meio no caes da doca da Alfandega por não se conformarem os interessados com a tarifa applicada.

Pois os regulamentos em vigor não permittiam que os cartuchos estivessem n'aquelle logar mais de tres dias!

Para isto não olham os republicanos, que se dizem fiscaes das leis, e os seus alliados.

Mas olhem, façam favor; expliquem-nos porque foi que durante anno e meio os cartuchos permaneceram na doca, devendo no fim de tres dias, sem se effectuar o despacho, passar para o porto franco?

Tambem seria bom saber porque motivo a Alfandega não deu conhecimento de tão importante furto ao Juizo de nstrucção criminal, senão passado mais de um mez depois de ter conhecimento d'elle. . .

Investigou? O que fez então a essas investigações? Porque não as mandou para juizo? E d'onde veio a competencia aos empregados da Alfandega para investigar crimes? Mas se tinha competencia para que se dirigiu tarde e a más horas ao Juizo de Instrucção Criminal a participar-lhe o crime?

Aquí teem os jornaes republicanos e alliados vasto campo para a fiscalisação, que se arrogam. Não lhes faltam elementos, e de certo hão de encontrar facilmente quem lhes dê informações.

Mas no decurso das *irritantes* investigações, a que nos referimos, o Juizo de Instrucção Criminal teve de prender tres socios do centro Antonio José d'Almeida; essas prisões passaram além dos oito dias, e as commissões republicanas, reunidas na noute de 22 do corrente, protestaram vehementemente contra o facto e contra o abandono em que os seus jornaes deixavam os seus prestantissimos correligionarios.

Os defensores de todas as causas justas e bem pagas, como foi a do Leandro, acudiram á chamada e assestaram sobre o Juizo de Instrucção Criminal as suas formidaveis baterias.

O *Seculo*, em um longo artigo, tratou o assumpto com aquelle ar de sabedoria e auctoridade, que faz o nosso especial deleite, e fallou de abusos que indignam os homens de bem, de consciencia, de liberdade, de cousas que só em Portugal se fazem! . . .

E' notorio que os cidadãos Maximo Furtado e Adelino Fernandes confessaram ter furtado cartuchos embalados da Alfandega, e que Domingos Guimarães confessou ter comprado parte d'esses cartuchos.

Ha portanto a certeza de que os presos praticaram um crime grave.

Mas para encobrir esse crime foi assassinado em Cascaes um desgraçado que deixou mulher e tres filhos, o mais velho de 11 annos, a pedir esmola. . .

A victima não tinha feito mal a ninguem e tudo leva a crer que foi morto á traição, levado ao engano para um logar escuro, para se evitar que falasse e dissesse o patriotico destino que tinham tido os cartuchos embalados. . .

O corpo foi atirado das *falaises* de Cascaes ao mar.

Suppunha-se que as aguas o levassam e sepultassem, e a pobre viuva e os orphãos pensariam que o marido e pae estava no Dondo, e que não se lembrava d'elles, nem os soccorria — o ingrato!

Descoberto o cadaver, Domingos Guimarães fugiu immediatamente e foi alcançado pela policia em Villar Formoso.

Este caso veio complicar o processo, porque embora os outros presos não tivessem cumplicidade no crime de Cascaes, Domingos Guimarães deve considerar-se implicado em ambos os crimes.

A instrucço do crime de furto depende portanto da instrucção do crime de Cascaes pela ligação que estabeleceu entre ambos Domingos Fernandes Guimarães.

O *Seculo* ignora essas coisas e não admira, mas devia ser mais modesto, mesmo quando tem de escrever em nome das commissões republicanas.

E' de lei que a prisão preventiva se não prolongue alem de oito dias e que sendo indispensavel a prorogação, o juiz a determine por despacho fundamentado, mas não era pratica intimar estes despachos, e a prisão prolongava-se pelo tempo necessario, só com um despacho.

Pois o actual Juiz de Instrucção manda intimar estes despachos aos presos e apesar de a lei o não exigir, e de não ser essa a pratica, profere novo despacho de 8 em 8 dias.

O orgão das commissões republicanas clama porem que isto só se vê em Portugal!

Como se sabe Steinheil foi absolvida e deve suppôr-se que não tomou parte no assassinato de seu marido.

Pois sabem que tempo esta innocente esteve presa á ordem do respectivo Juiz de Instrucção?

Mais de um anno!

E' assim que se procede em França, na republica franceza.

Lá a duração da prisão preventiva é illimitada (Garraude-Precis de Droit Criminel, 1909, pag. 731).

Deixemos porém a grandiosa republica e vejamos o que se passa na Belgica.

Ahi o tribunal todos os mezes verifica a necessidade de continuar a prisão preventiva e profere despacho.

E' o que se pratica no nosso Juizo de Instrucção, com a differença porem de que aqui se faz de 8 em 8 dias, o que na Belgica se faz de 30 em 30 dias.

Na propria Inglaterra é admittida a prisão preventiva como pode ver-se em Stephens, A Digest of the Law of Criminal Procedure, 1883, pag. 61, art. 98, alinea (a).

Aqui está a justiça com que os jornaes republicanos e seus alliados tratam o Juizo de Instrucção Criminal!

Nomeiem, se podem, os homens honrados que teem sido presos sem razão por ordem do Juizo de Instrucção; especifiquem as violencias praticadas, citem os casos em que as leis são postergadas.

Trabalhando noite e dia, consegue o Juizo de Instrucção Criminal dar expediente aos negocios que n'aquella repartição se centralisam.

E, um trabalho tão util como inglorio, porque ninguem louva as prisões arriscadas, as investigações que chegam a bom termo, os perigos que se evitam, e a justiça que se dá aos fracos contra as prepotencias dos poderosos.

Não só se não louvam esses serviços, mas até muitas vezes é d'ahi que derivam as más vontades ao Juizo de Instrucção Criminal. . .

Tal artigo de tal jornal, propondo varrer todo o Juizo de Instrucção Criminal, com a vassoura da sua conhecida moralidade, é apenas a revindicta de um processo escandaloso que se pretendeu abafar e que seguiu os seus termos. . .

Para quem os conhece é curiosissimo ouvil-os, estes criticos. . .

VÁRIA

Um atelier d'aprendizagem modelo

Existe em Lyon um atelier d'aprendizagem modelo de iniciativa e caracter particular, que tem dado magnificos resultados. O seu proprietario é um philantropo que, impressionado com a decadencia da aprendizagem technica tomou a peito fazer alguma coisa no sentido de a melhorar sem recorrer a subvenções do Estado. Empregou n'isso toda a sua fortuna, que era importante. São quatro os officios que ensina: de marceneiro, de ensamblador, de ferreiro e de sapateiro. O estabelecimento não admitte rapazes de menos de 13 annos e de mais de 16. E' indispensavel que pertençam a familias decentes e que não sejam estropiados de corpo nem d'espirito. Os paes entregam ao estabelecimento, por uma só vez, 250 francos (45$000 réis) e por essa quantia insignificante são os filhos durante cinco annos alimentados, vestidos, instruidos e ensinados. Durante os dois primeiros annos os rapazes nada recebem, mas durante os tres ultimos annos recebem uma parte do producto do seu trabalho, de forma que quando sahem, no fim dos cinco annos, levam, para principio de vida, um peculio razoavel.

Esta instituição tem dado magnificos resultados. Os operarios que ella ensina e educa são em Lyon avidamente procurados.

—†—

O commercio da Inglaterra em 1908

O governo inglez acaba de publicar o segundo volume da estatistica annual do commercio exterior da Inglaterra, com as informações seguintes:

" O Estado que fornece mais productos á Inglaterra, sobretudo em generos alimenticios e materia prima, é a Republica dos Estados Unidos, que exportou mercadorias no valor de 3 biliões e 100 milhões de francos, quasi a quarta parte de toda a importação ingleza, que se elevou a 14 biliões e 825 milhões. Aos Estados Unidos segue-se a França, que exportou productos no valor de dois biliões e 400 milhões de francos.

A exportação ingleza distribue-se da seguinte forma: Para a Allemanha, 825 milhões; para a França, 550 milhões; para os Estados Unidos, 525 milhões; para a Republica Argentina, 400 milhões. As exportações inglezas para as colonias britannicas foram de: Indias, 2:225 milhões; Australia, 575 milhões; Canadá, 300 milhões; Africa Austral, 300 milhões; Nova Zelandia, 225 milhões. Depois da India é pois a Allemanha o melhor cliente da Inglaterra.

—†—

As importatações na Africa Austral

O movimento das importações, durante os ultimos annos, na Africa Austral e Transvaal foi, em francos.

1906 — Transvaal, 390 milhões; Africa Austral, 800 milhões.

1907 — Transvaal, 345 milhões; Africa Austral, 701 milhões.

1908 — Transvaal, 353 milhões; Africa Austral, 635 milhões.

A Africa Austral, com os seus seis centos a oito centos milhões d'importação media em tempo de depressão commercial, é, pois, um dos maiores mercados do mundo.

—†—

A telegraphia sem fios e a marinha americana

O ministerio da marinha põz em concurso a construcção d'uma torre de cimento armado de 180 metros de altura.

Essa torre será construida em Vashington e terá por fim servir á telegraphia sem fios com um alcance de perto de 5:000 kilometros quadrados. O credito votado para a construcção da torre é de 350:000 francos. Com as installações electricas em terra e a bordo dos navios da esquadra a despeza é fixa em 500:000 francos.

—†—

A questão ingleza

Como se sabe, vae travada na Inglaterra, e accesa n'este instante, uma lucta formidavel entre a camara dos communs e a camara dos lords.

E' velha a questão entre as duas camaras, por motivos d'orçamento, ou *Money Bills* como elles dizem. Começou com a camara popular que funcionava de 1661 a 1679.

A camara dos lords decidiu mandar compôr a calçada das ruas de Westminster, que estavam em mau estado. A camara dos communs approvou o objecto do bill, mas lembrando que era a ella que lhe competia a iniciativa de tudo quanto dissesse respeito a novos impostos ou encargos financeiros para o povo. Os lords responderam que esta pretenção era contraria aos seus privilegios e inseriram no *bill*, que a camara dos communs votou a tal respeito, um *proviso* que a camara dos communs rejeitou. E durante quatro annos não se boliu na calçada das ruas de Westminster.

Tal foi o ponto de partida das pretenções reciprocas da camara dos communs e da camara dos lords relativamente aos *Money Bills*.

Em 1671, a camara dos communs, com um fim proteccionista, lançou uma sobretaxa sobre os direitos impostos ás mercadorias extrangeiras. Os lords modificaram-na. A camara dos communs rejeitou a emenda, declarando que nenhuma taxa podia ser modificada pelos lords. Na conferencia que se realisou em seguida entre os lords e o Attorney Geral, os lords responderam que *os communs* a annexarem coisas novas aos *Money Bills* chegariam a fazer uma outra *Magna Carta*. E mantiveram como fundamental o seu direito de fazer emendas aos *Money Bills*.

N'uma nova conferencia collocaram esta questão: "Se não temos o direito de emenda como podemos ter o direito de rejeição? „ Ao que os communs responderam: "Se teem o direito de emenda para augmentar os impostos tambem o hão de ter então para os diminuir „.

Um adiamento suspendeu o conflicto.

Mas em 1677 reproduziu-se. A camara dos communs votou creditos para a construcção de trinta navios de guerra; a camara dos lords acceitou-os, inserindo, porem, uma clausula de que as contas das despezas lhe seriam presentes ao mesmo tempo que á camara dos communs. Esta protestou. Os lords acabaram por ceder, no interesse da defeza nacional, mas protestando n'uma mensagem á corôa.

Em 1678, depois da paz de Nimegue, a camara dos communs votou fundos para licenciar as tropas reaes que lhe mettiam medo. Os lords adiaram a data fixada, o que importava um augmento de creditos necessarios para a paga. A camara dos communs repelleu a emenda, mas declarou acceitar, por sua vez, um *proviso*. Os lords recusaram o *proviso*. E a conferencia habitual recomeçou. Os lords concederam o que tinham recusado em 1661, isto é, admittiram que a camara dos communs tivesse a iniciativa das leis de finanças, mas affirmaram que em todos os outros pontos os seus direitos eram eguaes aos da camara dos communs.

Em resposta, a 3 de julho, a camara dos communs adoptou a resolução seguinte:

Todas as taxas e subsidios, concedidos a Sua Magestade no Parlamento, são attributo exclusivo da camara dos communs, e todos os *bills* que digam respeito a estes ou áquelles subsidios devem ter a sua origem na camara dos communs; é direito incontestavel e exclusivo dos communs determinar, limitar, fixar em taes *bills* os objectos, os destinos, as considerações, condições, limitações e qualificações de taes concessões, as quaes não devem ser alteradas pela camara dos lords „.

No mesmo dia, os lords mantiveram as suas emendas, mas Luiz XIV, recusando-se a abandonar as suas conquistas emquanto os seus alliados, os suecos, não estivessem de posse dos seus territorios perdidos, resolveu o conflicto, pois que já se não podia proceder ao licenseamento das tropas inglezas. O bill desappareceu.

A questão não tornou a ser levantada senão depois da revolução de 1688. Os lords, em 1689, accrescentaram a um *additional Poll Bill* uma clausula segundo a qual nomeariam commissarios para fixar as suas taxas e um recebedor ao qual pagariam as suas rendas. Os communs repelliram a emenda e repetiram com uma nova energia as suas deliberações precedentes.

Em 1860, o ministerio Gladstone fez votar um *bill* supprimindo os direitos sobre o papel de maneira a permittir o desenvolvimento dos jornaes baratos. Os lords rejeitaram-no, ainda que o orçamento já votado contivesse uma taxa destinada a compensar a perda que do facto resultava. Os communs revoltaram-se contra a decisão dos lords, considerando-a um acto *abusivo do poder da camara alta* e no anno immediato empregaram o processo já conhecido de juntar n'um unico bill as varias propostas votadas durante a legislatura, pondo assim a camara dos lords na alternativa ou de rejeitar o *bill* em conjunto, ou de o acceitar inteiramente. Mas a isto podiam os lords oppor o *Standing order* de 9 de dezembro de 1702. O *Land tax and Irish forfeitures bill* de 1700, contendo, na opinião dos lords, clausula sem caracter financeiro, os lords introduziram-lhe emendas e adoptaram o *Standing order* seguinte:

" A conservação, a um *bill* de taras e subsidios, d'uma ou muitas clausulas extranhas, é *unparliamentary* e tende á destruição do governo „.

Standing order que os lords applicaram em 1807 rejeitando um bill.

Ora a questão actual é uma questão parecida e, acceitando os precedentes, parece que a camara dos lords pode intervir. Na verdade, o orçamento do ministro Lloyd George contem, segundo elle mesmo confessa, innovações sobre as relações entre as differentes classes. O ministro tentou fazer um bill ordinario com o *Land valuation clauses*, para a Escossia. Reconhece que introduziu no *Morney Bill* medidas de desforra contra a acção dos lords a proposito do *Licensing Bill*. As disposições do imposto sobre o solo violam os tratados d'união com a Escossia que determinam a propria existencia da camara dos communs e da camara dos lords.

No seu discurso de Newcastle, o sr. Lloyd George disse:

Temos contas a ajustar com os lords: a mutilação do *Education bill*, lançado á rua, apesar do sentimento expresso nas ultimas eleições; o *Licensing bill*, tambem rejeitado; o *Plural voting bill*, tambem rejeitado; e a *Scottish bills*, egualmente rejeitados. Mandámos-lhe n'um bill, abrangendo tudo, a indemnisação, e, se me não engano, terão de pagar agora as dividas contrahidas.

O sr. Redmond, presidente do partido irlandez parlamentar, enviou um telegramma a J. Ryan, de Philadelphia, presidente do *Monited Irish league of America*, a communicar-lhe que O'Connor, membro do parlamento, lhe ia pedir fundos para as proximas eleições, e dizendo:

A camara dos lords está em via de destruir o *Iris Land Bill* que promettia pôr fim á guerra da terra empenhada desde seculos, completar a restituição de toda a terra da Irlanda ao seu povo e banir para sempre a miseria e a fome do oeste da Irlanda. Certamente haverá eleições geraes em poucas semanas. Com essa eleição o veto da camara dos lords desapparece e com elle o ultimo obstaculo ao *Home Rule*

Portanto, a questão está posta d'esta forma:

A camara dos lords renunciou á iniciativa e ao direito d'emenda das leis de finanças. Mas ella não consente que na lei de finanças se introduzam assumptos extranhos.

Por outro lado, uma lei não é obedecida pelos magistrados se não for adoptada pela camara dos communs, pela camara dos lords e se não receber a sancção real.

Portanto, se a camara dos lords rejeita uma lei adoptada pela camara dos communs, só ha um meio de vencer a sua resistencia: crear novos pares, mas esse *summum jus* nunca mais foi executado depois da fornada dos doze pares tories creados em 1712 para esmagar a maioria whig. Pode-se recorrer a esse processo? E' impossivel.

Só ha um recurso: dissolver a camara dos communs. A camara dos lords, segundo todas as probabilidades, vae declarar que o paiz deve ser consultado sobre projectos que não faziam parte do programma das eleições de 1906. N'esse caso, a dissolução da camara dos communs é inevitavel e os eleitores decidirão, conformando-se a camara dos lords com a vontade da maioria nacional.

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano.
Lisboa—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; Haveneza Central, Praça de D. Pedro, 59; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Kiosque Flor d'Esperança, rua D. Carlos I.
PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Kiosque da avenida superior da ponte de D. Luiz I; Tabacaria Alberto Ferreira, rua Alexandre Herculano, 256; Carlos Alberto Guimarães, Rua formosa, 251; Antonio Pinto, Praça de D. Pedro, 20.
Mattosinhos—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens 100
Coimbra—Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto.
Alcobaça—Antonio Vazão.
Gouveia—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp
Leiria—Jayme Monteiro.
Portalegre—João Gervasio Coelho, Largo da Sé.
Vendas Novas—Joaquim Maria de Andrade—*o Varino*.
Setubal—Manuel Tavares.
Arronches—Miguel Maria.
Espinho—Kiosque Reis.
Molta do Ribatejo—João Baptista Mouro.
Vizeu—Kiosque do Rocio.
Chaves—Annibal de Barros.
Villa Real—Agencia de Publicações de Antonio de Neutel C. da Mesquita.
Villa Velha de Rodam—Antonio da Cruz Pinto.
Mangualde—Bento d'Almeida Campos.
S. Thiago de Cacem—Joaquim Gervasio.
S. Pedro do Sul—José Augusto d'Almeida.
Fáro—Francisco Matheus Fernandes.
Evora—Marcelino Anthero Calça, Rua da Sellaria 19-21.
Cascaes—José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea.
Villa Nova de Baronca—José Custodio Figueiredo.
Cortegana, Alemquer—João dos Santos Pereira.
Reguengos de Monsarás—Antonio João da Cunha.
Paderne—Algarve—Antonio Anacleto d'Oliveira,
Torres Novas—João Rodrigues Sentieiro.
Amarelej a—Moura—Manuel Frade.
Castello Branco—Vende-se pelas ruas.
Montemór o Novo—Fortunato Reinato.
Tondella—Mario do Carmo.
Pedrogam Grande—Adelino Lourenço. dos Santos.
Idanha a Nova—Christiano Pereira Barata.
Guimarães—Antonio Araujo Salgado.
Braga—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 21.
Taboa—Francisco da Costa Carvalho.
Monsão—João da Silva Guimarães.
Figueiró dos Vinhos—José Miguel Fernandes David
Pinhel—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres
Vianna do Castello—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho.
Lamego—Joaquim Valente.
Castello Novo (Beira Baixa) João Pereira dos Santos
Elvas—Luiz Samuel da Silva.
Povoa—José Couto Segundo,
Agueda—Leonel da Silva Canario.
Covilhã—João Pedro Saraiva.
Figueira da Foz—João Palhas, Mercado n.º 8.
Santa Cruz da Graciosa—Antonio Ernesto Esteves.
Fundão—Manuel Gonçalves.

BRAZIL

Rio de Janeiro—Centro de Publicações de Gianlorenzo, Schettino, Travessa do Ouvidor.
Manaus—Agencia Freitas.
Belem do Pará—Centro de Publicações.

LOTERIA
DA
Santa Casa da Misericordia de Lisboa
200:000$000 réis
Extracção a 23 de dezembro de 1909

Bilhetes a . . . . 80$000 réis
Vigesimos a . . 4$000 réis

A thesouraria da Santa Casa incumbe-se de remetter qualquer encommenda de bilhetes ou vigesimos, logo que seja recebida a sua importancia e mais 75 réis para o seguro do correio.

Os pedidos devem ser dirigidos ao thesoureiro, á ordem de quem devem vir os vales, ordens de pagamento ou outros valores de prompta cobrança.

A quem comprar 10 ou mais bilhetes inteiros desconta-se 3 p. c. de commissão.

Remettem-se listas a todos os compradores.

Lisboa, 8 de novembro de 1909.

O thesoureiro,
L. A. de Avellar Telles.

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA
— DE —
Albino Pinto de Miranda
LARGO DE MANUEL MARIA
AVEIRO

Commissões e consignações. Deposito de petroleo, sabão e azeite. Serviços completo de vinhos da Companhia Vinicola e da Associação Vinicola da Bairrada. Vinhos finos do Porto e da Madeira, especiaes. Champagne nacional e extrangeiro, cervejas de diversas qualidades, licôres e aguardentes, generos de mercearia; bolachas e biscoitos das principaes fabricas do paiz, pelo preço da tabella; fructas seccas, chouriços do Alemtejo e banha da terra, *Chumbo, cartuchos e mais appetrechos para caça*, corda, fio e linha de pesca. Uma variedade enorme de miudezas. Objectos de escriptorio, etc., etc., etc.

Pechinchas para liquidar:

PRATOS da fabrica de louça de SACAVEM A **450** E **360** REIS. A DUZIA e o resto do seu sortido de louça vende por preços muito resumidos.

Tinturaria a vapor

Nettoyage et Degraissage à sec, de *tous les vêtements et ameublements*

Tinge e limpa sem desmanchar todos os artigos de vestuario e mobiliario.

CH PARISIENNE

Tinge, limpa e friza PLUMAS.
Limpa e tinge *luvas, tapetes reposteiros.*

Fabrica e Escriptorio—**Rua Costa Cabral, 489**—PORTO.
SUCCURSAL
383—Rua Formoza—385
[Em frente da PHOTOGRAPHIA BIEL]

TRABALHOS COMMERCIAES

Typographia a vapor
DE
O POVO DE AVEIRO

N'esta typographia, montada com material extrangeiro de primeira ordem, todo o typo commum da casa *Bauer & C.º*, de Stuttgart, todo o typo de phantasia da mesma casa *Bauer* e da casa franceza *Turlot*, orlas e vinhetas decorativas *Turlot*, *Berthol*, de Berlim, e de *Klinkardt*, de Leipzig, machinas de impressão, de picotar, de aramar, guilhotina, dos fabricantes allemães *Albert & C.ª*, de Frankenthal, *Ingenfrost*, de Leipzig, *Dietz & Listing*, de Leipzig, com uma esplendida collecção de typo especial e cartões para bilhetes de visita, com fornecimento de sobrescriptos e papel de toda a ordem, nacional e extrangeiro, executam-se, com a maxima perfeição e preços minimos, para qualquer ponto do paiz, com impressão a preto ou a côres, de simples texto ou gravura, todos os trabalhos da arte typographica, taes como: livros, revistas, jornaes, prospectos, facturas, bilhetes de loja, memorandums, estatutos, circulares, etc., etc.

Toda a correspondencia é dirigida para Aveiro, a **Francisco Manuel Homem Christo,** *proprietario, director e administrador de* **O POVO DE AVEIRO.**

RUA D'ARNELLAS—AVEIRO

Bilhetes de visita desde 400 réis o cento

HOTEL CYSNE
Boa-Vista

RUA DA ALFANDEGA (Junto á Ria
AVEIRO

Proprietario-Gerente
ANTONIO SIMÕES PEIXINHO

Este antigo e bem conceituado hotel, installado em casa propria e sito em um dos locaes mais aprazivels da cidade, recommenda-se pela seriedade e aceio do tratamento.

Contracto especial para hospedes permanentes

COZINHA DE PRIMEIRA ORDEM

TRENS AOS PRINCIPAES COMBOIOS

Endereço telegraphico:
Hotel Cysne—AVEIRO